

Agricultura, meio ambiente e inclusão social:

Questões para debate

Editor Técnico
Luiz Octávio Ramos Filho

Embrapa

**AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
E INCLUSÃO SOCIAL:**

Questões para debate

República Federativa do Brasil

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Conselho de Administração

Luís Carlos Guedes Pinto
Presidente

Sílvio Crestana
Vice-Presidente

Alexandre Kalil Pires

Hélio Tollini
Ernesto Paterniani
Marcelo Barbosa Sainive
Membros

Diretoria Executiva da Embrapa

Sílvio Crestana
Diretor-Presidente

Kepler Euclides Filho
José Geraldo Eugênio de França
Tatiana Deane de Abreu Sá
Diretores-Executivos

Embrapa Meio Ambiente

Paulo Choji Kitamura
Chefe Geral

Ladislau Araújo Skorupa
Chefe-Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

Maria Cristina Martins Cruz
Chefe-Adjunto de Administração

Ariovaldo Luchiari Junior
Chefe-Adjunto de Comunicação e Negócios
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Meio Ambiente
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

AGRIGULTURA, MEIO AMBIENTE E INCLUSÃO SOCIAL: Questões para debate

Editor Técnico

Luiz Octávio Ramos Filho

Contribuições de

Ademar Ribeiro Romeiro

John Wilkinson

Marcos Sorrentino

Mauro Barbosa de Almeida

Newton Narciso Gomes

Paulo Choji Kitamura

Plínio de Arruda Sampaio

Raimundo Pires Silva

Valter Bianchini

Moderadores dos debates

Herbert Cavalcante de Lima

Lucimar Santiago de Abreu

Miguel Ângelo da Silveira

Embrapa Meio Ambiente

Jaguariuna, SP

2006

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Meio Ambiente

Rodovia SP 340 - km 127,5 - Tanquinho Velho

Caixa Postal 69 13820-000 Jaguariúna, SP

Fone: 19-3867-8750 Fax: 19-3867-8740

sac@cnpma.embrapa.br www.cnpma.embrapa.br

Normatização: Maria Amélia de Toledo Leme

Capa: Silvana C. Teixeira Estevão

Foto/Capa: Luiz Octávio Ramos Filho

Acompanhamento: João Batista Rossetto Pellegrini

1ª edição

1ª impressão (2006): 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n.º 9610).

É permitida a reprodução parcial do conteúdo deste livro desde que citada a fonte.

CIP. Brasil. Catalogação na publicação.

Ramos Filho, Luiz Octávio

Agricultura, meio ambiente e inclusão social: questões para debate /
editor técnico Luiz Octávio Ramos Filho. – Jaguariúna: Embrapa Meio
Ambiente, 2006.

128p.

ISBN 85-85771-40-2

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Reforma agrária. 3. Agricultura familiar. I. Título.

CDD 333.715

© Embrapa Meio Ambiente, 2006

Autores

Ademar Ribeiro Romeiro

Economista, Doutor em Economia (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França); Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Brasil (IE/UNICAMP).

John Wilkinson

Doutor em Sociologia (Universidade de Liverpool, Inglaterra); Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

Luiz Octávio Ramos Filho

Eng. Agrônomo, Mestre em Política Científica e Tecnológica (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil); Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, Jaguariuna-SP.

Marcos Sorrentino

Pedagogo e Biólogo, Doutor em Educação (Universidade de São Paulo, USP); Professor do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP, Brasil e atualmente responsável pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Mauro William Barbosa de Almeida

Cientista Social, Doutor em Antropologia Social (University of Cambridge, Inglaterra); Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil (IFCH/UNICAMP).

Newton Narciso Gomes

Economista, Doutorando em Políticas Sociais (Universidade de Brasília, UnB), foi Secretário Municipal de Abastecimento em Santos-SP e Secretário de Programas de Segurança Alimentar do MESA (2003); atualmente Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPOS/CEAM/UnB).

Paulo Choji Kitamura

Eng. Agrônomo, Doutor em Economia (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil); Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, Jaguariuna-SP.

Plínio de Arruda Sampaio

Professor, Promotor, Advogado, Mestre em Economia Agrícola (Universidade de Cornell, EUA), duas vezes Deputado, representante da FAO, atualmente Presidente da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Raimundo Pires Silva

Eng. Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil), atualmente Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em São Paulo.

Valter Bianchini

Eng. Agrônomo, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil), atualmente Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sumário

Prefácio	9
Abertura da I Conferência “Meio Ambiente e Inclusão Social”	11
PARTE I – Meio Ambiente e Inclusão Social	15
Apresentação do Moderador do Debate	17
Capítulo 1 – Contribuições do Prof. Mauro de Almeida, IFCH/ UNICAMP	19
Capítulo 2 – Contribuições do Dr. Paulo Kitamura, Embrapa Meio Ambiente	25
Capítulo 3 – Contribuições do Prof. Marcos Sorrentino, DEA/MMA	33
Debate	47
PARTE II – Meio Ambiente e Reforma Agrária	57
Apresentação do Moderador do Debate	59
Capítulo 4 – Contribuições do Prof. Plínio de Arruda Sampaio, ABRA	61
Capítulo 5 – Contribuições do Sr. Raimundo Pires Silva, INCRA	67
Capítulo 6 – Contribuições do Prof. Ademar Romeiro, IE/UNICAMP	73
Debate	77

PARTE III – Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar	91
Apresentação do Moderador do Debate	93
Capítulo 7 – Contribuições do Sr. Valter Bianchini, SAF/MDA	95
Capítulo 8 – Contribuições do Prof. John Wilkinson, CPDA/UFRRJ	101
Capítulo 9 – Contribuições do Sr. Newton Gomes, SPSA/MESA	107
Debate	115
Anexo I – Programação da I Conferência sobre Meio Ambiente e Inclusão Social	119
Anexo 2 – Siglas Utilizadas	123

Prefácio

Dentro da programação comemorativa do Dia Internacional do Meio Ambiente no ano de 2003, a Embrapa Meio Ambiente organizou a *I Conferência sobre Meio Ambiente e Inclusão Social*, objetivando discutir temas prioritários para a sociedade brasileira, com ênfase nos planos e programas do novo Governo Federal que se iniciava, tendo como eixo central a inclusão social, o combate à fome e à pobreza.

Neste contexto de mudanças, a Embrapa se propôs a discutir os desafios colocados para a pesquisa agro-ambiental, no sentido de harmonizar as demandas da sociedade por produção de alimentos, desenvolvimento sócio econômico e a conservação da qualidade do meio ambiente. Para tanto, reuniu neste evento um conjunto de especialistas e representantes de diferentes áreas do governo, para debaterem os diferentes entrelaces entre agricultura, meio ambiente e inclusão social.

Decorridos mais de dois anos da realização do evento, o debate ali colocado permanece atual. Não há dúvidas de que problemas históricos, como a situação de insegurança alimentar em que vive expressiva camada da população brasileira, a persistente concentração fundiária, os impactos ambientais e sócio-econômicos do modelo de expansão do agronegócio, a exclusão social no campo e nas cidades, e as demandas por qualidade ambiental são questões antigas, mas que continuam bastante atuais.

No momento em que diversos programas e políticas públicas têm avançado na busca de atender estas demandas, e que particularmente a Embrapa inicia o desenvolvimento de um abrangente projeto de pesquisa no âmbito do programa Proambiente, julgamos oportuna a publicação deste debate em forma de livro, não apenas enquanto registro histórico, mas principalmente pela certeza de que este texto ainda pode fomentar a busca de soluções para demandas sociais que, devido a sua magnitude, estão longe de serem superadas.

A publicação foi organizada em três partes, correspondentes às três mesas redondas da Conferência. A *Parte I* busca abordar aspectos

mais gerais, como a participação social na agenda ambiental e a importância da ação cotidiana; o resgate de experiências incluídas concretas, principalmente na região amazônica; e uma nova perspectiva para o rural enquanto espaço de transformação. A *Parte II* discute o papel estratégico da reforma agrária dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável, alicerçado em uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia. Por fim, na *Parte III* os palestrantes enfocam a relevância histórica e contemporânea da agricultura familiar no processo de desenvolvimento econômico com qualidade ambiental, as oportunidades dentro deste novo paradigma e o sentido mais amplo e estrutural das políticas de segurança alimentar.

Cada parte do livro é composta de três palestras, as quais foram transformadas em capítulos, totalizando nove capítulos. Ao final de cada parte foram apresentados os debates, com participação da plenária. Para manter a originalidade das contribuições, solicitamos aos autores a revisão das palestras transcritas, mas preservando o formato de apresentação oral. Buscamos assim apresentar um texto didático e de fácil leitura, sem prejudicar a profundidade de abordagem, combinação possível graças à excelente qualificação dos conferencistas. Esperamos com isso oferecer um livro que possa fomentar um amplo debate sobre estes relevantes temas, atingindo um público leitor mais abrangente, contemplando pesquisadores, movimentos sociais, agricultores, estudantes, professores, técnicos, gestores públicos, entre outros.

Aproveitamos para agradecer a todos que colaboraram com a elaboração da Conferência e desta publicação, em especial às instituições e aos conferencistas que gentilmente dedicaram seu tempo e conhecimento para tornar esta obra possível. Desde já pedimos desculpas pelas imperfeições e eventuais erros, que são de total responsabilidade do editor.

Luiz Octávio Ramos Filho

Editor Técnico

Abertura da I Conferência sobre “Meio Ambiente e Inclusão Social”

Dr. Paulo Kitamura

Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente

Nesse dia Internacional do Meio Ambiente, saudamos a todos aqui presentes e aos que estão acompanhando a teleconferência pela Embrapa-Sat, a partir das unidades da Embrapa, por todo Brasil. Hoje é dia de celebração da vida, dia de meio ambiente, dia de reconhecer mais uma vez a importância dos sistemas naturais que sustentam a nossa vida. O ar puro que respiramos, a água limpa que utilizamos no dia-a-dia, o alimento que a terra nos oferece a cada estação, a paisagem, a biodiversidade que nos envolve e nos acolhe, enfim, do meio ambiente que se renova e se recicla a cada dia, perpetuando a vida neste planeta.

Neste dia, em todo o mundo, milhares de iniciativas celebram esta data, enaltecem os efeitos da conservação de ambientes naturais, fazem balanços das noções humanas sobre a qualidade do meio ambiente, debatem os caminhos para o desenvolvimento sustentável, como também lançam compromissos para a solução dos principais problemas ambientais.

Nesta semana a Embrapa Meio Ambiente está desenvolvendo uma extensa programação de atividades em Jaguariúna e em Campinas, com o envolvimento de grande parte da comunidade dos empregados. Estamos realizando ações de Educação Ambiental, em 14 escolas públicas, atingindo mais de 8 mil alunos, além de campanhas em praças públicas, visando o despertar ambiental da população em geral, conjugadas ainda com a distribuição de mudas de espécies nativas da região¹.

¹ A Semana do Meio Ambiente foi realizada de 02 a 06 de Junho de 2003, tendo como Comissão Organizadora os seguintes funcionários da Embrapa Meio Ambiente: Antonio Ruy Pastana, Fernando J. Tambasco, José Abrahão H. Galvão, José Maria G. Ferraz, Ladislau Araújo Skorupa, Lauro Charlet Pereira, Luiz Octávio Ramos Filho, Maria Cristina Tordin, Myrian S. T. Alves dos Santos Ramos, Orlando Batista dos Santos, Wagner Bettioli.

A programação é esta, que tem como contra parte científica a I Conferência Sobre Meio Ambiente e Inclusão Social.

A Conferência, que ocupará todo o dia de hoje, terá três mesas de trabalho, abordando um conjunto de temas conexos: o desenvolvimento local, a segurança alimentar, a reforma agrária, os assentamentos rurais, a agricultura familiar, a diversidade sócio-ambiental, todos perpassando o temário central da relação Meio Ambiente e Inclusão Social.

Atendendo a uma sinalização do atual governo, estamos buscando, e temos a perspectiva de construir com os senhores, uma atuação integrada entre as equipes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA; do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA; do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA, visando projetos de inclusão social.

Assim, queremos neste dia oferecer para discussão das senhoras e dos senhores um tema da mais alta prioridade do atual governo: “A Inclusão Social, a partir de Ambientes Rurais”. Um tema que tem íntima relação com acesso aos sistemas naturais de suporte à vida, mas também uma relação estreita com sistemas de suporte à vida produzidos pelo homem. Uma relação direta com as políticas públicas, e mais concretamente, os meios para se produzir e viver dignamente.

O nosso objetivo neste dia é, a partir da experiência de especialistas do governo, da comunidade acadêmica e do terceiro setor, discutir questões objetivas que permitam encaminhar concretamente a inclusão social a partir das áreas rurais.

Que tipo de desenvolvimento? Para incluir que grupos sociais? Que programas e projetos teremos que construir? E com que arranjos institucionais e de atores sociais necessários para desenvolvê-los com sucesso?

Quer dizer, são várias perguntas que queremos encaminhar.

Queremos registrar nosso agradecimento a todos os convidados, em especial que participarão das mesas de trabalho. Sabemos que muitos dos convidados fizeram um grande esforço para abrir espaço em suas agendas, negociações difíceis, para estarem presentes entre nós no dia de hoje. Nós temos a certeza do reconhecimento, e do crédito que

estamos recebendo, o que nos torna ainda mais compromissados para com o tema que estamos trabalhando.

E finalmente não poderia deixar de registrar o apoio que estamos recebendo da Diretoria da Embrapa, aqui representada pelo Dr. Herbert Cavalcante de Lima, e também registrar o esforço que a nossa equipe interna de empregados, aí incluo não apenas as pessoas que estavam diretamente na organização desta conferência, mas também o pessoal de apoio, de manutenção, de informática e tantos outros que anonimamente não mediram esforços para qualificar este evento com tantos especialistas e também viabilizar tecnicamente esta vídeo-conferência. A todos, nosso muito obrigado!

PARTE I
Meio Ambiente e Inclusão Social

Apresentação do Moderador do Debate

Dr. Herbert Cavalcante de Lima

Diretor da Embrapa

Inicialmente eu gostaria de saudar a todos os participantes desta teleconferência, tanto as pessoas que estão presentes aqui, como aquelas que estão acompanhando este evento em todas as unidades da Embrapa em rede nacional, e também saudar as autoridades presentes. Gostaria de trazer o abraço do Diretor Presidente da Embrapa, o pesquisador Clayton Campanhola, que não pode estar presente mas recomendou e orientou para que fizéssemos essa programação, e colocássemos todo o esforço para que a Embrapa pudesse participar ativamente nesse amplo debate em que hoje está envolvida a nossa sociedade, nesta semana que é a semana comemorativa do Meio Ambiente. E cabe à Embrapa nesse momento, como instituição do governo federal, preocupada com a orientação das ações de pesquisa visando a produção de tecnologia para o desenvolvimento sustentável, cabe a nós contribuímos ativamente com este planejamento do governo, com esse esforço do governo.

Como exemplo da importância de hoje debatermos a temática Agricultura, Meio Ambiente e Inclusão Social, gostaria de mencionar que temos recebido crescentes demandas dos movimentos sociais, principalmente do MST, que querem discutir com a Embrapa uma pauta que inclua o compromisso da instituição com o desenvolvimento de tecnologias que viabilizem a melhoria das condições de vida das populações que hoje vivem nos assentamentos. Isso é uma pauta que interessa para a gente, é um compromisso nosso e nós vamos incentivar para que os pesquisadores se envolvam com essa demanda e elaborem proposições de pesquisa, que não só envolvam a ação da Embrapa, mas também contemplem articulações e ações mais amplas, visando o desenvolvimento de assentamentos. Isto envolve a Embrapa com componentes de pesquisa, mas envolve também parcerias com outras

instituições para contemplar temas como assistência técnica, saúde, educação, aspectos de segurança alimentar, articulação dos grupos de produtores, viabilizar mercados para consumo. Enfim, uma série de demandas, uma série de elementos que estão envolvidos nesse aspecto de desenvolvimento local sustentável. Nossa participação nesse processo, nosso compromisso, é com o desenvolvimento de pesquisas que atendam estas demandas, e nós estamos buscando estabelecer esse diálogo com os movimentos sociais.

Vamos então dar início à programação da nossa Conferência. Esta primeira Mesa, que abordará o tema Meio Ambiente e Inclusão Social, terá a participação do Dr. Mauro Barbosa de Almeida, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP); do Dr. Paulo Kitamura, Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente; e do Dr. Marcos Sorrentino, Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. É uma satisfação tê-los presentes, e uma satisfação especial em estar recebendo aqui o Dr. Mauro de Almeida, porque como eu ele é acreano também, daquela terra lá em cima. Nascemos em Rio Branco, pertencemos a uma juventude que saiu do Acre, muito cedo, com 13, 14 anos de idade, e felizmente tivemos a oportunidade de estudar e estar também hoje, como representantes daquela sociedade, participando e contribuindo com essa discussão.

Um bom dia e uma ótima Conferência a todos.

Capítulo 1

Prof. Mauro Barbosa de Almeida

IFCH/UNICAMP

Até alguns anos atrás, os habitantes pobres do meio rural, em particular em áreas como a Amazônia, costumavam ser incluídos entre os culpados pela degradação ambiental. A idéia era que o crescimento demográfico nessa população pobre viria junto com técnicas primitivas de cultivo, incluindo a queimada. Haveria então um círculo vicioso onde a pobreza seria consequência e causa da degradação ambiental. Os pobres ficariam cada vez mais pobres e ao mesmo tempo esgotariam os recursos do solo e da água.

Nessa linha de raciocínio, atraso técnico, exclusão social e degradação ambiental andariam juntos. Como quebrar essa conexão, esse círculo vicioso? Um lado da resposta enfatizou o progresso técnico na agricultura, exemplificado pela revolução verde, e não há dúvidas de que o progresso nessa área, aumentando notavelmente a produtividade agrícola, abriu novas possibilidades de soluções do problema da fome, e gerou um potencial para eliminar a pobreza. Contudo o desenvolvimento tecnológico foi muitas vezes seguido pela concentração dos frutos da produtividade na forma de concentração de renda e pelo consequente aumento da desigualdade social, ao invés de gerar a diminuição da exclusão. Além disso, foi em alguns casos acompanhado de intensiva degradação ambiental, sob forma de poluição ambiental e da conversão de florestas em monoculturas.

Na região amazônica, a degradação ambiental esteve relacionada a políticas de desenvolvimento que no passado geraram desastres ambientais e sociais, como o da pavimentação da BR 364 através de Rondônia, e que afetou também o estado do Acre. O fenômeno das espinhas de peixe foi o símbolo dessas políticas que empurravam colonos para desmatar e abandonar lotes de florestas e que excluía os moradores da Amazônia, os índios, os seringueiros, os ribeirinhos e outros trabalhadores que ocupavam tradicionalmente a área.

Essa situação mudou em consequência de vários processos dos movimentos sociais e de transformações políticas na sociedade. Os pobres de hoje começam a ser vistos não como uma fonte de problemas ambientais, mas como aliados no esforço social para conservar florestas, água e ar. No caso da Amazônia, esses seringueiros, índios, ribeirinhos, castanheiros e outros, resistiram à exclusão ao se recusarem a ser expulsos da sua morada florestal, mas também resistiram à degradação ambiental impedindo a derrubada das próprias florestas. Além disso, as tecnologias empregadas por eles, menos intensivas, mas em muitos casos duráveis e associadas a tradições regionais acessíveis a todos, começaram a ser valorizadas.

Essa nova visão foi expressa muito bem na conferência Rio 92, da qual resultou uma declaração na qual se afirma que os povos indígenas, as comunidades locais, têm papel vital no manejo ambiental e no desenvolvimento sustentável, em virtude dos seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. A declaração afirma ainda que os Estados devem reconhecer e apoiar devidamente as identidades, culturas e interesses desses povos e comunidades, bem como capacitá-los para participarem efetivamente do processo de desenvolvimento.

Essa nova maneira de ver o papel das populações pobres, particularmente de áreas ambientalmente ricas, passou portanto a incluir o reconhecimento do valor potencial de conhecimentos tradicionais na agricultura e no extrativismo, bem como a reconhecer a necessidade de proteger os direitos intelectuais ligados a esses conhecimentos - preocupação marcante, aliás, na atuação da ministra Marina Silva -, que se expressam, para citar apenas um exemplo, na riqueza de variedades cultivadas de mandioca. Enfatiza-se, por outro lado, a necessidade de melhorar a qualidade de vida dessas populações, a começar com a saúde e educação e também introduzindo mecanismos de diminuição das desigualdades sociais, inclusive pela distribuição mais adequada dos recursos naturais.

É claro que em países com graves problemas de pobreza e grande riqueza ambiental não é possível nos darmos ao luxo de deixar de utilizar socialmente vastos territórios como a Amazônia. Mas a questão não é escolher entre utilizar ou deixar de utilizar, e sim entre fazê-lo de maneira a manter e aumentar a desigualdade, ou fazê-lo de maneira a atender os interesses das populações excluídas que no passado frequentemente

foram deslocadas violentamente de paisagens que habitavam, trazendo mais pobreza ao invés de mais riqueza social.

O Estado do Acre, nos anos recentes, é um bom exemplo dessa nova política de desenvolvimento assentada no respeito pelo ambiente e que se orienta pela inclusão dos excluídos. Nessas políticas, em lugar de promover “desenvolvimento” com degradação e concentração de renda, promovendo ao mesmo tempo a “conservação” de áreas sem gente, passou-se a enfatizar a noção de que é possível dar cidadania para habitantes de paisagens ambientalmente ricas. Essa noção de cidadania inclusiva foi batizada no Acre de “florestania”.

Gostaria agora de citar um pequeno exemplo de processos sociais relacionados à valorização da cidadania de moradores da floresta. Na Reserva Extrativista do Alto Juruá, há um projeto de pesquisa que surgiu em 1993, e que inclui no momento cerca de cinquenta seringueiros, homens e mulheres que nunca freqüentaram a escola, moram nos recantos mais distantes da floresta amazônica, nas fronteiras e cabeceiras de afluentes do rio Juruá nas fronteiras do Peru com a Bolívia. Eles foram educados como pesquisadores e monitores do meio ambiente e da qualidade de vida em um projeto gerido pela associação de moradores da reserva com recursos da FINEP, com apoio científico da Universidade de Campinas, da Universidade Federal do Acre e de outras instituições de alto nível. Um grupo de sete desses cinquenta monitores, aliás, vieram à UNICAMP, preparar uma série de publicações das quais são autores, ou co-autores juntamente com cientistas e estudantes universitários.

Um dos temas tratados pelas publicações é o estado da cobertura florestal e os processos que a ameaçam: os seringueiros são capacitados a entender, discutir e diagnosticar fiscalização do monitoramento, usando técnicas avançadas e ao mesmo tempo mapas que eles próprios produzem. Um segundo foco de atividade é o monitoramento da biodiversidade através de espécies indicadoras, e o monitoramento da atividade da caça e coleta, visando futuramente planos de manejo desse importante recurso para alimentação dessa população da floresta. Deve-se mencionar, a esse respeito, a importante colaboração da professora Andréa Alechandra, da Universidade Federal do Acre. Um terceiro tema é a qualidade de vida, abordada por meio diário de alimentação, conduzido nesse caso sobretudo pelas mulheres, preocupadas, portanto,

com a segurança alimentar em conexão com a saúde da mulher e a saúde infantil. Como exemplo de uma atividade administrada pela Associação no âmbito desse projeto, cabe citar os treinamentos para introduzir na área o alto padrão associado à famosa “farinha do Alto Juruá”. Esse treinamento foi feito por um morador da floresta com experiência anterior e curso de extensão da Emater.

Do ângulo propriamente econômico e produtivo caberiam algumas palavras. O desenvolvimento associado à conservação da natureza e a inclusão social não seguem aqui uma forma única. Mais uma vez, o Acre aparece como um laboratório de experimentação de várias alternativas diferentes. Há experiências baseadas em sistemas agroflorestais que buscam manter a maior parte da cobertura florestal, ao mesmo tempo aumentando o rendimento através de ilhas de autoprodutividade agroflorestais, de tal maneira que seja possível ao mesmo tempo ter benefícios do progresso da intensificação agrícola e civil cultural, e ao mesmo tempo manter áreas de florestas intactas, onde atividades de baixo impacto, como a coleta regulada, seriam permitidas. Há sistemas também em experimentação de manejo da floresta para produção sustentável de madeira com participação comunitária, prometendo aumento de renda em curto prazo para grupos sociais que até então recebiam apenas migalhas do auto rendimento envolvido nessa atividade. Há também experiências de valorização de produção advinda da atividade extrativa ou neo-extrativa, mediante a simultânea melhoria da qualidade e articulação com o mercado de produtores florestais. Em alguns casos, acompanhado de certificação, em outros casos denominação de origem controlada, como é o caso da farinha do Alto Juruá, produto do qual vocês vão ouvir falar futuramente.

O interessante, para finalizar, é ressaltar que ao invés de planos de governo impostos de cima para baixo, da cabeça de algumas pessoas iluminadas, trata-se aqui da organização de movimentos sociais de antiga data, de organizações populares no plano local. No caso do projeto no qual participo, trata-se de uma associação dos seringueiros e agricultores que gerencia todos os recursos empenhados no projeto de pesquisa. Em outros casos, os agentes são organizações tais como cooperativas, associações indígenas, e também organizações nacionais

e regionais. Em suma, organizações populares, portanto articulados com políticas públicas e com entidades científicas de apoio.

Em outras palavras, há na atual conjuntura do país condições favoráveis para a implantação de políticas de inclusão social, com participação ativa de populações antes excluídas. Há tudo para que essas políticas dêem certo, e essa conjunção de fatores é a base para o profundo otimismo que eu tenho no futuro do nosso país, em particular num futuro que traga justiça social e que conserve nosso imenso patrimônio humano e natural. Muito obrigado.

Capítulo 2

Dr. Paulo Kitamura

Embrapa Meio Ambiente

Vou tentar resgatar alguns pontos básicos para se pensar a questão da inclusão social de uma forma mais abrangente e a partir daí vou colocar, a partir da nossa experiência, casos de sucesso de inclusão social, seguindo o exemplo que o Mauro Almeida já colocou.

Quando falamos em inclusão social, estamos falando de um outro padrão de desenvolvimento, estamos saindo um pouco daquela esfera, daquele conceito de desenvolvimento tradicional, baseado no crescimento do PIB e controle da inflação e, na área social, baseada em políticas compensatórias e, na área ambiental, baseada só em unidades de conservação.

Estamos indo em direção a outro tipo de desenvolvimento, que creio temos discutido bastante nos últimos anos e praticado muito pouco, talvez. O chamado modelo de desenvolvimento que permeia a Agenda 21, esse ideário de desenvolvimento sustentável, que muitos acreditam somente como um ideário, mas que na realidade é possível ter uma aplicação prática. E, que recentemente, ganhou um grande reforço com a abordagem bem mais concreta e talvez mais interessante que é exatamente a aplicação na prática do conceito de desenvolvimento local de gestão de territórios, para onde está convergindo grande parte dos debates atuais.

Mas a questão então é discutir um desenvolvimento que tem que ir muito além do simples crescimento econômico, do crescimento do PIB e do controle da inflação. Significa considerar toda a diversidade social, econômica e ecológica, buscar novos arranjos institucionais, forma de participação popular e modelos de gestão compartilhada. Esse parece ser o ponto focal no debate de hoje, quer dizer, como é que se constrói esse arranjo, esse novo arranjo institucional e dos atores para se pensar e trabalhar o desenvolvimento local? É claro, sempre com

ênfase nas estratégias de desenvolvimento social e na busca de talvez novas formas de relação Estado - sociedade.

É também, buscar novos padrões de consumo e de produção que tem amplos desdobramentos, ou seja, quando falamos de desenvolvimento, não pensar só na produção e no consumo, mas também em outras questões associadas que podem tornar-se importantes, tais como a afirmação da identidade étnica e cultural e outras que estão nessa direção. Ultimamente, temos visto muitos debates nesse sentido, de posicionamentos vantajosos de espaços sócio-territoriais determinados. Em termos de inserção no mercado globalizado esse processo pode ser percebido como uma estratégia para competir e ter mercados garantidos, ou ainda como uma simples estratégia de resistência do processo de globalização.

Como o tempo é curto, gostaria de passar para alguns pontos que creditamos ser fundamentais em termos de discutir uma visão grande, de caráter macro, do problema da inclusão social.

Encontrei um texto pequeno de Aloísio Mercadante e Maria Conceição Tavares que José Graziano da Silva cita num artigo², naquele debate do NEAD sobre o desenvolvimento rural, em que esses autores utilizam o termo transformação social, todavia aqui podemos interpretar como estratégias de inclusão social. Tavares e Mercadante observam que muito além da inflação e do crescimento do PIB, colocados pelos economistas neoliberais como vilões da exclusão social, há fatores estruturais que determinam, em última instância, todo padrão de apropriação e distribuição da renda e da riqueza. Então, que fatores seriam esses? Daí eles colocam como importantes as relações da propriedade da terra e do capital, as relações de trabalho, as formas de organização e a integração dinâmica do sistema produtivo, o caráter do Estado e seus reflexos no sistema de tributação e de utilização dos recursos públicos. A partir daí os autores defendem que é sobre esses fatores que devem incidir as políticas redistributivas para viabilizar um crescimento sustentável e que seja base dos demais objetivos

² Mercadante, A. e Tavares, M.C. Eixos Estratégicos de um novo Modelo Econômico, 2002. citado em Graziano da Silva, J. Quem Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento? In: NEAD/MDA. José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: NEAD/MDA. 2002, p.5-52.

econômicos e sociais, ou seja, a transformação social no eixo do desenvolvimento não significa somente revalorizar nos planos de governo os aspectos sociais.

Em outras palavras, falar em combate à fome, em acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, à habitação e a cultura, significa principalmente conceber programas de investimento nesses setores, colocados como vetores de crescimento e de transformação econômica, contudo sempre subordinada às prioridades sociais, o que quer dizer, inverter a construção causa-efeito. Daí, os autores colocam que no Brasil de hoje é importante ter como um dos grandes objetivos a inclusão de 56 milhões de brasileiros, que são “subcidadãos” e sem acesso aos bens e serviços essenciais. Da mesma forma, citam os objetivos de preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhares de assalariados, pequenos e médios produtores, inativos de baixa remuneração e também os jovens. E, finalmente, colocam como fundamentais os objetivos de universalização dos serviços públicos e direitos sociais básicos, a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos e principalmente a participação popular na gestão das coisas públicas.

Outro texto interessante, de um autor que tem trabalhado bastante a questão de inclusão social, e que eu gosto muito, é o Ignacy Sachs. Na realidade, toda essa discussão do desenvolvimento local, muito presente hoje, partiu dele com os textos semanais sobre ecodesenvolvimento ainda na década de 60. Foi transformada posteriormente no ideário de desenvolvimento sustentável, e agora, todo esse percurso está fluindo de novo para esse mesmo autor com a convergência para o desenvolvimento local a partir de comunidades. É uma trajetória interessante. Então, eu gostaria de abordar algumas questões que esse autor tem colocado nos artigos mais recentes³.

Para Sachs, o desenvolvimento que leva à inclusão social tem a ver, principalmente, com as oportunidades de trabalho decente. E aí ele ressalta que é importante trabalhar nas diferentes áreas, tais como: consolidar a agricultura de pequena escala e acelerar a reforma agrária, dando oportunidade de acesso à terra para milhões que vivem em áreas

³ - Sachs, I. Inclusive Development and Decent Work for all. Artigo preparado para a *World Commission on the Social Dimension of Globalization*, ILO. 2002. (no prelo).

urbanas e peri-urbanas. Sachs coloca também que é importante buscar a ocupação não-agrícola de áreas rurais, que pode ser em indústrias, em serviços, em turismo e outras atividades. Esse autor coloca também a necessidade de se expandir a oferta de empregos públicos por meio de projetos de rápido retorno econômico e de impacto direto na qualidade de vida dos mais pobres. Sachs cita o caso do Nordeste, em que temos oferta de postos de trabalho com o Programa “um milhão de cisternas”, que além dos benefícios sanitários imediatos, geram muitos empregos.

Além disso, ele afirma que é importante apoiar programas de auto-construção de moradias em áreas rurais, peri-urbanas e urbanas. O autor defende também a necessidade de assistir as micro empresas e de pequena escala para alavancar a competitividade, a superação das condições de informalidade e ainda a identificação de trabalhos urbanos e rurais de caráter ambiental, de preservação dos recursos naturais, reciclagem, etc. E, finalmente, ele coloca a importância dos serviços técnicos sociais e pessoais para gerar empregos. Veja que todas as estratégias apresentadas por Sachs estão preocupadas com a geração de empregos.

Feito isso, gostaria de colocar também o que temos hoje em termo de propostas de políticas para o desenvolvimento, vamos dizer, includentes, nas áreas rurais. Aqui, comendo as ofertas de diferentes autores, temos os argumentos, por exemplo, de que realmente é importante democratizar o acesso à terra. E nesse contexto, vários autores colocam que não só a reforma agrária é importante; há várias outras questões associadas ao uso de terra e à percepção de tipo de assentamento – também peri-urbano, e alguns falam até em arrendamento público – que poderia ser utilizado num processo de democratização do acesso a terra. Um outro ponto importante associado a esse tema é a reconversão de parte de espaços rurais (estamos falando de terras) por interesse público ou para promover políticas públicas, por exemplo, para fins de moradia, lazer e outras atividades.

Vários autores têm colocado também a importância de se apoiar o desenvolvimento da economia de base familiar nas áreas rurais, para que essa expresse em toda a sua plenitude o seu potencial para gerar emprego, gerar renda, melhorar a qualidade de vida e também para oferecer a equalização de oportunidades em relação, por exemplo, às áreas urbanas, que têm atraído muito dessas populações.

Associado a esse tema, nos tempos contemporâneos temos tido discussões de como estimular a pluriatividade e valorizar a multifuncionalidade da agricultura e das áreas rurais visando novos empregos. As áreas rurais poderiam ser percebidas para a prática da agricultura e/ou como áreas para preservação ambiental e da cultura local, ou ainda como um espaço para gestão do território com múltiplas funções.

Ainda nesse conjunto de políticas, a maioria dos autores colocam que é importante continuar com medidas compensatórias, mas aí talvez mudando o foco para que essas medidas compensatórias tenham caráter indutivo de transformar a economia. Alguns autores colocam ainda a necessidade de se oferecer meios de transporte, de comunicação, saneamento, e outros serviços básicos que são tipicamente urbanos agora voltados para as populações rurais.

E também enfatizam a busca de novos arranjos de atores sociais para a gestão e regulação desses territórios (entendidos como espaços rurais-urbanos onde se dá a dinâmica social), com novas formas de regulação social desses espaços. Veja por exemplo, nesse aspecto, os encadeamentos e conseqüências dos sistemas de integração da produção (na produção de carnes, hortaliças etc.), os diferentes tipos de certificação (orgânicas, produção integrada de frutas etc.) e de declaração de conformidades, e os consórcios multi-atores de gestão ambiental/territorial (de comunidades, microbaciais hidrográficas etc.)

Indo já para a parte final de minha fala, eu gostaria de fazer um pequeno resumo, a partir das experiências que nós temos visto de casos bem sucedidos, indicando alguns pressupostos e alguns pré-requisitos para que nós tenhamos projetos bem sucedidos em termos de inclusão social.

Primeiro, alguns pressupostos para se pensar a inclusão social.

Atualmente é quase que um consenso de que a pobreza no campo não se combate somente com políticas públicas que trabalhem só a agricultura (de agronegócios) e a agricultura familiar; é preciso também trabalhar a questão da geração de empregos. É necessário ter uma visão integrada da agricultura e do meio rural.

Por sua vez, mais que medidas compensatórias, necessita-se de políticas públicas que levem a uma reestruturação econômica baseada em prioridades sociais. Conceição e Mercadante colocam que o combate

à pobreza não pode ser setorial, só da agricultura, por exemplo. Isso porque há pobres também nas cidades e muitos processos hoje em dia fundem o rural e o urbano.

Por isso, uma abordagem como a de desenvolvimento local passa a ser bastante interessante, onde, por exemplo, a consideração da segurança alimentar e nutricional seja a tônica em termos de grandes objetivos. É importante pontuar que a segurança alimentar, ou o acesso físico e econômico aos alimentos, que nas áreas rurais pode significar simplesmente apoiar a produção de alimentos e geração de empregos, nas cidades representa renda e emprego e acesso a moradia, saúde, educação, saneamento, cultura, etc.

Uma questão importante que tem emergido no debate contemporâneo, é que no Brasil já temos vários exemplos de sucessos em termos de projetos que levam à inclusão social. O problema é que a maioria dessas propostas ainda está na escala piloto. Não conseguimos generalizar ou difundir isso, ou seja, modelos de desenvolvimento que possam ser aplicados em escala; isso é ainda um problema.

E, finalmente, gostaria de falar de alguns pré-requisitos para o desenvolvimento local/ desenvolvimento sustentável, baseados nas experiências que temos visto.

Primeiro, realmente é importante prover o acesso aos recursos naturais adequados em termos de quantidade e qualidade. Temos observado que geralmente populações pobres ou menos assistidas pelos serviços básicos essenciais, estão em áreas pobres também em recursos naturais. É importante trabalhar essa questão, que tem sido decisiva em termos de sucesso, no caso dos assentamentos rurais. Temos percebido que quando se tem solos muito pobres ou inadequados para agricultura, realmente é muito difícil pensar-se em uma estratégia de desenvolvimento rural que possa ser bem sucedida.

Outro requisito importante é a questão do nível de organização da comunidade para produzir, para elaborar e para implementar projetos de desenvolvimento. Esse é um ponto extremamente importante, que alguns estudos mostram: as comunidades que têm o que eles chamam de capital social, mais avançados ou desenvolvidos, têm uma possibilidade muito maior de sucesso. Algumas instituições, como o SEBRAE, já apresentam isso como pré-requisito para propostas de desenvolvimento. Ou seja, o SEBRAE está atuando principalmente

naquelas comunidades já organizadas, que tenham esses capitais sociais iniciais, já mais ou menos equacionadas. Então, como construir isso coletivamente, do zero?

Um outro requisito é o acesso às políticas públicas, tanto para produzir, para ser agricultor, como também para o exercício da cidadania. Esse é um ponto básico: crédito, assistência técnica, serviços públicos básicos, formar o capital humano. Onde temos trabalhado bem esse acesso, creio que temos chance maior de sucesso em termos de inclusão social.

Agora, uma questão que algumas vezes tem sido polêmica é a da diversificação e a pluriatividade. Penso que o problema não é só pensar em diversificação e pluriatividade, mas pensar isso, a diversificação e a pluriatividade, de uma forma funcional. Como é que podemos pensar em atividades agrícolas e não-agrícolas de uma forma que todas essas tenham fortes efeitos de sinergismo e de integração? Esse deve ser o ponto fundamental.

E, uma questão que tem aparecido cada vez mais, e de uma forma muito clara, é que todas as propostas interessantes que temos visto, de sucesso, tem sempre uma âncora econômica ou uma atividade muito forte na geração de renda. Temos que procurar essa característica para que se dê uma chance a mais para os projetos serem bem sucedidos. Esse é outro ponto importante. E, associado a isso, a verticalização da produção, na medida do possível, é extremamente importante em termos de agregação de valor no pós-colheita.

Mas, gostaria de colocar aqui uma ênfase especial a essa questão emergente, nova, que é trabalhar os arranjos institucionais e a articulação dos atores sociais, na construção do projeto de desenvolvimento e na implementação de projetos. Esse é o ponto que talvez tenhamos que trabalhar bastante ainda. Evidentemente, temos alguns exemplos que são bem interessantes; exemplos que fundem iniciativas públicas e privadas; privadas e a da sociedade civil organizada. Temos projetos que fundem interesses de grandes empresas e agricultores familiares, que são projetos equilibrados, em que as duas partes ganham. Temos projetos que trabalham uma cadeia produtiva, por exemplo, atores produzindo matéria prima, atores atuando na colheita, e atores na industrialização pós-colheita e, de uma forma bem sucedida para todos. Temos vários exemplos que mostram que, se

tivermos arranjos institucionais e a integração de atores, esse arranjo bem construído, temos a possibilidade de dar uma chance muito grande para que o desenvolvimento local, com essa visão integral de desenvolvimento, seja implementada e tenha sucesso.

E outra questão interessante e nova, essa já um pouco mais complicada que a maioria dos aspectos já citados. Sempre temos a figura do articulador ou de animador do processo presente na maioria dos casos estudados, o que torna esse extremamente importante para o sucesso dos projetos de desenvolvimento local. Não sei como podemos formar tantos animadores/articuladores para empreender grandes projetos de desenvolvimento local. Em outras palavras, necessitamos daquela figura ou pessoa que pode dar dinâmica, transparência, participação, trabalhar todas essas questões, liderar isso e servir de âncora a esse processo de inclusão social.

Finalizando, acredito que a abordagem sistêmica multisetorial, multifuncional e o método participativo, são também pré-requisitos fundamentais, quer dizer, nós não podemos arredar pé dessas questões, desses processos que são extremamente importantes nos dias atuais.

Cada vez mais está aparecendo, e fica evidente que temos que trabalhar sempre, talvez com uma delimitação espacial, um território, e a partir desse território pensar essa visão mais abrangente de desenvolvimento incluindo todos os atores. Essas questões recentes de delimitação espacial e territorial têm levado também, em muitos casos, a estratégias de diferenciação da comunidade, de produtos, de produtores ou ainda do local. Vende-se nesses casos uma imagem de particularidade: um diferencial, seja de produtores, seja comunidade ou mesmo de uma localidade. Particulariza-se a questão tanto para competir quanto como estratégia de sobrevivência.

Então, são questões extremamente importantes. Alguns desses pontos estão sendo estudados neste momento por autores de diferentes tendências. Creio que são temas que devemos debater, visando construir esse projeto coletivo, de pensar e implementar o desenvolvimento local, que creio, seja o modelo interessante para se pensar também a questão da inclusão social.

Muito obrigado.

Capítulo 3

Prof. Marcos Sorrentino

Diretor de Educação Ambiental
Ministério do Meio Ambiente - MMA

Quero agradecer o convite e a oportunidade de participar de uma mesa acreana, composta por dois filhos e amigos do Acre. Como admirador das suas lutas e conquistas sinto-me muito feliz pela oportunidade de estar aqui com esses companheiros e aqui nesta casa, a Embrapa Meio Ambiente, de longa tradição.

Lembro, há muitos anos atrás, quando a Embrapa de Jaguariúna começou a se tornar uma referência para a questão ambiental. Vida curta teve naquela época a gestão que estava promovendo mudanças bastante significativas na leitura sobre pesquisas e tecnologias voltadas à agricultura e perpassadas por um ideário ambientalista que começava a emergir com mais força em toda sociedade brasileira. Mas, como todo processo histórico, precisou de momentos mais adequados para ganhar cada vez mais o espaço institucional.

O espaço para a dimensão ambiental que está sendo delimitado agora, na atual gestão da Embrapa, demonstra um amadurecimento de toda a instituição que não é só uma conquista do governo Lula, não é só uma conquista do povo brasileiro que elegeu essa proposta política para o país, mas, é uma conquista para os próprios pesquisadores da casa, que vêm amadurecendo decididamente na direção de incorporar, se não todos os elementos do ideário, pelo menos diversos elementos dele. E isso me deixa muito feliz, porque espero que também contribua para contagiar o campo da agricultura como um todo, o campo da formação de profissionais na área de agricultura. Há quinze anos trabalho na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ/USP, em Piracicaba, e fiz a minha tese de doutorado contando um pouco da história dessa escola e como que uma relação de absoluto estranhamento em relação à questão ambiental vai se transformando

gradativamente na inclusão de elementos dessa questão, que a gente pode chamar genericamente de ambientalismo, nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Inclusão ainda muito tímida, mas que está em claro processo de diálogo com o modelo com o qual até então trabalhamos.

Bom, o segundo ponto que quero chamar a atenção é o fato de, nesse momento, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a nossa Ministra Marina Silva estarem assinando, como parte das comemorações do dia internacional do meio ambiente, o lançamento da Conferência Nacional do Meio Ambiente, que por persistência da Ministra, vai estar acontecendo ainda este ano, a despeito de todas as condições difíceis no momento de transição, da carência de recursos financeiros, de estruturação de equipe, etc. Essa conferência, que na realidade são duas, uma conferência infanto-juvenil e uma conferência para adultos, vai ser precedida de um amplo movimento nos estados. Então teremos Conferências estaduais de adultos e conferências por escolas, de crianças e jovens na faixa de quinta a oitava série. Está sendo produzido um amplo material. Estão sendo feitas parcerias com o Ministério da Educação e outros, no sentido de viabilizar um amplo debate na sociedade brasileira, voltado a fortalecer o sistema nacional do meio ambiente.

O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, apesar de ser uma lei de 1981, que institui a política nacional do meio ambiente, ainda é um desejo. Ainda não temos como uma realidade compartilhada nem o SINIMA - Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.

Atualmente como diretor de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente coordeno o Programa Nacional de Educação Ambiental, que tem como uma de suas partes o SIBEA – Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental. Apesar dos avanços que ocorreram nos últimos anos na construção desse sistema, ele ainda é muito pouco acessado por toda a sociedade brasileira. Não só pela dificuldade que a maior parte da população tem de acesso ao campo informatizado, da informação eletrônica, mas também porque há ainda uma timidez na divulgação e na interação, na possibilidade de interação das pessoas com os dados que vão se acumulando, com as informações que vão se acumulando. Mas acho que esse momento, que

dá início à organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, é bastante significativo para que a gente delimite uma mudança nesse panorama organizacional, relacionado à questão ambiental e mais do que isso, para que a gente o faça com a participação de toda a sociedade brasileira.

Vários questionamentos podem ser colocados. Nós mesmos, de dentro do ministério, temos colocado questionamentos a respeito de como essa participação está se dando. Como é que ela se enraiza em toda sociedade brasileira?

As cobranças, reivindicações e propostas que vocês colocam, que toda sociedade coloque, são extremamente necessárias para direcionar-se, tanto a Conferência Nacional do Meio Ambiente, o SINIMA e SISNAMA, como as ações de cada um dos programas no Ministério do Meio Ambiente, no sentido de tudo aquilo que a gente vem reivindicando há muitos anos.

Isto posto, gostaria de tecer algumas considerações sobre o tema que foi proposto para o nosso debate, que é Meio Ambiente e Inclusão Social. O Paulo Kitamura agora há pouco entrou um pouco mais no detalhamento, a partir de sistemas rurais, eu diria a partir da agricultura, a partir do consumo, a partir de áreas urbanas e rurais ligadas à questão da agricultura.

Então como abordar esse tema de Meio Ambiente e Inclusão Social?

Eu estava falando para o Luiz Octávio que comecei preparando essa conversa, essa fala inicial, de três ou quatro maneiras diferentes, tentando sentir qual seria a melhor maneira de trazê-los para o debate.

Falar em inclusão social sem envolvimento do seu interlocutor, como dizia Simone Weil, é falar contra a morte com um cadáver no meio dos dentes. É falar sobre a vida sem estar fazendo o efetivo exercício de luta e cultivo da vida.

Pensei em fazer da forma como normalmente faço, que é convidando cada um a pensar no tema fechando os olhos, escrevendo uma frase sobre Meio Ambiente e Inclusão Social, conversar com a pessoa ao lado sobre suas opiniões, as suas concepções a respeito, aí num pequeno grupo formarem uma frase, uma afirmação, um questionamento sobre isso.

Bom, mas é uma tele-conferência, vai ficar um pouco defasado, a gente fazendo isso, o pessoal em outros locais observando. E depois vão achar que eu estou enrolando, que eu não estou querendo abordar o tema.

Então eu só deixo aqui a indicação da importância, da necessidade que existe de nós darmos o testemunho daquilo que a gente reivindica, atribui e propõe.

Então, falarmos de inclusão social exige um exercício cotidiano de inclusão, um exercício cotidiano de participação.

A Ministra Marina Silva e os técnicos do Ministério estabeleceram quatro diretrizes para estes próximos anos.

A primeira delas é o controle social, a participação das pessoas na formulação e no monitoramento e avaliação das políticas públicas. As outras três diretrizes são: o fortalecimento do próprio SISNAMA, a transversalidade e a sustentabilidade. Eu ia falar desenvolvimento sustentável, mas há uma polêmica aí, inclusive dentro do Ministério. Ela é enunciada como desenvolvimento sustentável, mas pode-se enunciar como sustentabilidade sócio ambiental, a caminhada em direção a sustentabilidade sócio ambiental.

Então, essas diretrizes, tendo na participação um elemento fundante, um elemento essencial, exigem que a gente busque estratégias de participação cotidianamente. Passa por uma profunda revisão do modo com que temos feito pesquisa, do modo como temos feito ensino, do modo como temos feito extensão, educação ambiental, etc.

Do modo como temos gerenciado nossa casa, as relações dentro de casa.

Estou sempre me perguntando, quem daqui já fez a Agenda 21 da sua casa, da sua família?

A gente fala em Agenda 21 do país, da escola, do bairro, mas será que começamos o exercício da Agenda 21 no interior da nossa própria casa?

Na ceia de final de ano, ao invés de ficarmos apenas conversando questões genéricas, é importante discutirmos a possibilidade de elaborarmos uma Agenda 21, agenda do próximo ano, uma agenda para a próxima década, da família ou dos amigos, por exemplo.

Casal novo costuma fazer muito isso. Começa a pensar: “*como é que nós vamos comprar o fogão, a geladeira? Onde vamos construir*

a nossa casa?” Sempre têm os sonhos compartilhados, mas quando entram na rotina da relação, do casamento, nas demandas mais cotidianas, esquecem-se de trabalhar com planejamento. Planejamento de futuro.

Parece que a questão essencial que está colocada quando conversamos sobre Meio Ambiente e Inclusão Social é a questão da participação. Participação, partindo do cotidiano, participação sobre a qual nós falamos e damos o testemunho.

Então, antes de mais nada, devemos olhar para o nosso entorno, para a nossa proximidade.

Como é que está o processo participativo na definição, na formulação de políticas, na formulação de procedimentos para a nossa instituição?

Como é que podemos deixar de trabalhar apenas como expectadores para trabalharmos como atores?

Então o exercício que proponho a respeito do tema Meio Ambiente e Inclusão Social, deve ser feito cotidianamente. Como chefes de departamentos e de instituições, como professores em sala de aula, como coordenadores de grupos de estudantes ou de pesquisa, por exemplo, podemos promovê-lo e estimulá-lo, ou como participantes de grupos podemos propô-lo ou reivindicá-lo.

Exercitar essa perspectiva de horizontabilidade não é fácil e ela muitas vezes é confundida com “reunismo” infrutífero. Muitas vezes o debate sobre os caminhos para aquele pequeno grupo, para aquela unidade de pesquisa, de produção ou de ensino, é confundido como um exercício interminável de palpites e um postergar da tomada de decisão.

No meu ponto de vista, falarmos de inclusão social pautados pelo ideário ambientalista significa, antes de mais nada, falarmos sobre como trazer para o cotidiano essa questão da participação. Por mais óbvia que possa parecer essa afirmação, ela é extremamente distante das nossas práticas cotidianas. Vejo, especialmente agora, que em órgãos de tomada de decisão mais centralizados, mais difícil vai ser isso acontecer.

A subserviência do funcionário é muito grande, a necessidade de tomadas de decisões rápidas é muito grande. E aí você vai andando na contramão dessa perspectiva de reunir as pessoas, de buscar as melhores alternativas de forma compartilhada.

Mas isso não é romantismo ou delírio esquerdista. Particpei de uma banca de pós-graduação, na psicologia da USP, há um ano atrás, onde o estudo era sobre o processo de organização da produção numa multinacional. O estudo era sobre o modelo de organização da fábrica em células de produção, onde os trabalhadores tomavam decisões sobre tudo que dizia respeito ao funcionamento daquela célula de produção. As máquinas eram voltadas para dentro, a gente faz isso em sala de aula e muita gente estranha. Fazemos aula em círculo para que todos estejam de corpo inteiro envolvido com o debate e eles fizeram isso em fábrica, e este não é o único exemplo disso. Mas a tese criticava a participação voltada apenas ao aumento da produtividade, através do maior envolvimento do trabalhador, como estratégia de realização do capital e domesticação do trabalhador, de envolvimento dele com os ideais da empresa, com as metas que eram estabelecidas fora da célula de produção.

Então, se iniciarmos a nossa conversa por essa questão da participação, talvez a gente esteja pontuando o que me parece mais essencial neste debate.

A segunda questão que gostaria de estar pautando aqui para o nosso debate, é uma provocação que pode nos ajudar a construir um raciocínio, uma linha argumentativa sobre “Meio Ambiente e Inclusão Social”. Apresento a seguir alguns pontos que podem nos ajudar a pensar os elementos que precisam ser decodificados para entendermos a profundidade dessa temática.

O primeiro deles parte do depoimento do Vice-Prefeito Municipal de Jaguariúna, sobre estar tratando o esgoto e o lixo da cidade de forma centralizada⁴. Há pouco falávamos sobre um ideário ambientalista que valoriza a descentralização. São Paulo, por exemplo, onde acompanho mais o debate, fica bombeando esgoto por todo o município. Por que, ao invés de aproveitar a topografia dos terrenos e fazer pequenas estações de tratamento de esgoto descentralizadas, se insiste em fazer uma única estação e aí bombeia tudo para ela? Não vai nenhuma crítica ao município de Jaguariúna, pois tem condições locais que obrigam o administrador a tomar certas decisões. Mas a gente não pode esquecer

⁴ O palestrante faz menção ao pronunciamento do Vice-Prefeito de Jaguariúna, quando da solenidade de abertura do evento.

que o que está em pauta, quando falamos na questão ambiental, é uma série de valores, técnicas e interesses que precisam ser questionados e trazidos para os nossos procedimentos cotidianos.

Lembro, quando nos contrapúnhamos à construção do aeroporto da região metropolitana de São Paulo, em Caucaia do Alto, em 1976 ou 77, dos debates que aqueles encontros propiciavam. Um deles era sobre a produção de energia elétrica para aquecer a água dos chuveiros e torneiras em São Paulo, a partir de Itaipu. Na época estava em pauta a questão da construção de usinas nucleares, a polêmica era sobre as usinas nucleares, mas um participante de uma ONG da França colocou que o problema não era apenas o de questionarmos os impactos ambientais de uma usina nuclear ou de uma usina hidroelétrica, mas a escala das mesmas; a perda de energia que acontece nas linhas de transmissão é de 50%; a vulnerabilidade do país quando tem uma grande central ao invés de pequenas centrais; qualquer país vizinho, com um avião “teco-teco”, se torna uma grande ameaça, porque pode vir e jogar uma bomba e imobilizar grande parte do país. Então, quando nós ambientalistas estamos questionando a produção de energia elétrica por usinas nucleares, não estamos questionando somente a técnica de produção de energia, mas questionando também a centralização de poder. Queremos o empoderamento, a potencialização do ator local.

Falar em inclusão social e meio ambiente significa estar pautado por essas premissas de potencialização dos atores locais e percebermos em cada ação cotidiana, a possibilidade de tomar decisões. Como é que se traduz esse ideário para procedimentos concretos? Esse ideário de diminuir a necessidade de um poder centralizado e multiplicar os poderes descentralizados. Multiplicar a ponto de chegar para cada indivíduo, para cada grupo social, a possibilidade de tomar decisões sobre o modelo de futuro e de desenvolvimento que ele quer para aquela pequena unidade, seja familiar, seja municipal.

Lembro do livro do Henfil na China, quando o autor descrevia a produção de gás para os fogões das casas de certas regiões daquele país, a partir das “casinhas” e dos banheiros de cada casa. Então se coletava a urina que ia para fábricas de uréia para agricultura e se coletavam as fezes que iam para os biodigestores, gerando gás natural para o entorno.

A idealização que fazemos vai certamente nesse sentido. A forma de traduzir isso depende de condições objetivas, aí é cada município, cada local que tem que estar decidindo.

Mas quero tirar desse exemplo a importância de pensarmos em inclusão social relacionada ao meio ambiente para além da questão proteção da natureza.

Agora, há pouco, tive a oportunidade de conversar com jornalistas de duas rádios aqui da região e a pergunta de ambos incidia sobre a questão da preservação, sobre a intocabilidade. Muitas vezes não é essa a preocupação que está por trás, mas a palavra preservação coloca a perspectiva de uma natureza intocada. O que nós precisamos persistir e demonstrar, é que falar de meio ambiente é falar de inclusão social, mas é qualificar a inclusão social sobre a qual nós estamos falando. Qualificar no sentido de uma coisa que é muito cara para o ideário ambientalista, para a questão ambiental que é a questão da diversidade. Qualificar inclusão social com o conceito de diversidade. Diversidade biológica e diversidade social, significa falarmos de inclusão social na diversidade. Inclusão social na diversidade não é inclusão para tornar a todos iguais, não é inclusão para tornar a todos adeptos dos *fast foods*, dos Mc Donald's, etc... Ou dos *fast love*, propagandeados pelos meios de comunicação de massa, mercantilizando o corpo da mulher, mercantilizando as relações afetivo-amorosas. Falarmos de inclusão social na diversidade é nos contrapormos a essa perspectiva homogenizadora, que interpreta a felicidade como sinônimo de consumo. E todos nós somos animados por essa perspectiva, que foi vendida para a humanidade, culturalmente, como sendo sinônimos.

Tem uma pesquisa feita há alguns anos atrás, entrevistando pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias, onde a resposta mais imediata quando inquiridas sobre o que era felicidade, era consumo, o acesso ao consumo.

Não estou com isso me colocando adepto das tendências da década de 70, do clube de Roma e outras mais que defendiam o crescimento zero e todo mundo se contentar com o modo de vida simples e sem acesso a bens materiais. Especialmente numa sociedade como a nossa, é direito nosso sim, e legítimo, reivindicarmos e desejarmos ter moradia, ter acesso ao que o Ailton Krenac chama de "Kit Civilização". Todos nós queremos um Kit Civilização. Queremos ter o nosso

notebook, queremos ter televisão, o nosso carro, etc... Agora, esse Kit Civilização não é passível de ser acessível a todos os humanos, aos sete bilhões de humanos hoje.

Então nós precisamos discutir quais são os elementos desse kit que devem estar disponíveis a todos os humanos, quais são os elementos desse kit que devem estar igualmente disponíveis a agrupamentos sociais diversos.

Estou chegando de um congresso em Espinho, em Portugal, uma pequena cidade a menos de 100 km do Porto, e nessa cidade tinha um maravilhoso centro de multimídia, onde a juventude de Espinho ia e acessava computadores, acho que uns 30 ou 40 computadores disponíveis e conectados à internet o tempo inteiro. Então o jovem de Espinho tinha a oportunidade de se conectar com o mundo inteiro e discutir idéias de uma forma pública.

Uma vez, presenciei em Barcelona, em uma praça pública, quiosques com computadores onde com um toque do dedo na tela, ia-se acessando programas que falavam sobre a cidade, sua história, vídeos falando sobre a arborização urbana. Informações que enriqueciam as pessoas, dando um sentimento de pertença, diferente do sentido que o Inácio Loyola Brandão falava da sua juventude em Araraquara, quando ele e seus amigos ficavam na praça, sem nada ter o que fazer.

Ele falava: - *Olha, a gente não tinha o que fazer, a gente ficava lá no grupinho passando o tempo. Não havia alternativas para a juventude.*

Eu conversava há pouco com o Herbert, sobre um jovem que conheci em Rio Branco, que com 22 anos de idade, foi pela primeira vez no cinema. Fomos ver “Vanilla Sky”. E no dia seguinte fomos ver “O Senhor dos Anéis”, e o menino ficou absolutamente empolgado com essa oportunidade de ver o que passa nas telas de cinema e saímos de lá combinando criar um cine clube em Mâncio Lima, que é um município na divisa do Acre com o Peru. De vez em quando falo por telefone com ele, que ainda mantém a idéia de criar o cine clube, mas aí eu me vejo na minha impotência de contribuir com a formulação de políticas públicas. Fico me perguntando, como é que nós podemos produzir políticas públicas nesse país que atendam a milhares de jovens como esse?

Políticas que possibilitem sim a inclusão social, pautada nesse ideário ambientalista de empoderamento do ator local, sem termos um Estado onipresente e forte, que precisa estar em todos locais ao mesmo tempo. Quais são as políticas públicas que vão contribuir para esse verdadeiro empoderamento dos atores locais?

Iniciativas como essas que listei, da Prefeitura de Jaguariúna no tratamento de esgoto. Ou implantando a ISO-9000, que a Embrapa Meio Ambiente está objetivando. São iniciativas extremamente válidas e positivas, mas a gente precisa discutir também a qualidade.

Da mesma forma que eu digo para a Prefeitura de Jaguariúna como é que a gente avança mais do que avançou, no sentido de trazer essa experiência pautada por um ideário que falava de empoderamento local, em potencializar a ação de cada indivíduo, é necessário perguntar-se na Embrapa, sobre o papel da ISO 9000, não apenas como uma ação administrativa, mas também como uma ação educacional pautada pelo ambientalismo.

E aí tem um filósofo chamado Baruk Spinoza, que falava de potência de ação já no século XVII, e que é um conceito que deve ser resgatado e trazido para potencializar a ação de cada pessoa, de cada indivíduo, de cada grupo social. Então, quando a gente está pautado por isso, nós devemos rever as ações.

No meu departamento na universidade, nós implantamos um programa de qualidade total que era um programa distanciado do envolvimento e da participação de cada pessoa. Então ele se tornou um programa artificial, que não promoveu mudanças significativas, porque não foram assumidas por todos os membros daquele departamento.

Quando estávamos vindo para cá, passamos em frente à Motorola e vimos os pés de laranja em torno da fábrica e pensamos que se todas as fábricas tomassem essa atitude de plantar pés de frutas; se todas as Prefeituras municipais tomassem atitude de plantar pés de frutas na arborização, quanto que a gente contribuiria para o programa Fome Zero, quanto que a gente contribuiria para superar problemas de fome, que se quer resolver em grande escala, aumentando a produção de soja, etc. Temos que enfrentar isso, mas também pensar nessas ações cotidianas, no sentido delas serem qualificadas por uma direção. E a direção que eu acredito que é correta é a direção que vem desse ideário ambientalista.

Há vários municípios construindo Agenda 21, mas muitos deles estão contratando empresas de consultoria para fazer a Agenda 21 do município. Isso não vale nada, isso é só um papel a mais no município, assim como plano diretor, assim como outra coisa para ficar na prateleira para credenciar o município em algum financiamento, etc. Agenda 21 local só tem sentido de ser feita se ela significar essa mudança no olhar dos munícipes para si próprios, sentindo-se pertencente ao seu município e sentindo que o município lhe pertence.

A mesma coisa com a produção de materiais educacionais voltados à questão ambiental. A Embrapa produziu um extenso material, um significativo material sobre educação ambiental. Paulo Kitamura me convidou para conversarmos melhor sobre como dar dimensão nacional a esse material. Ele só vai ter sentido e significado se não for uma cartilha a mais depositada em todas as escolas do país. Se ele significar empoderamento do ator local, se ele chegar nas escolas do Acre e for útil para as escolas acreanas no sentido de possibilitar a emergência de processos semelhantes aos gerados por esse material na região onde a Embrapa atuou. Porque se for só uma cartilha de verdades a ser levada por professores acreanos, têm outros materiais que estão disponíveis e aí esse da Embrapa não vão ser muito útil. E daí por diante, a gente poderia ir entrando em alguns temas mais polêmicos, mas como eu só tenho mais três minutos, eu só os enunciarei.

No início dos anos 1990. os estudantes da ESALQ vieram nos trazer um desafio muito grande. Eles haviam acompanhado uma ocupação do MST em Iperó (SP), na Fazenda Ipanema, que havia sido decretada pouco antes, pelo Collor de Mello, como uma Floresta Nacional. Como ambientalista, recebo dos estudantes uma demanda de apoio aos sem terra, que acabavam de ocupar uma Floresta Nacional.

Como é que a gente se comporta diante disso?

Estamos falando de inclusão social?

Somos favoráveis à reforma agrária?

Somos favoráveis ao acesso à terra?

Como é que a gente se porta diante dessas questões?

Eu acho que existem convergências entre inclusão social e manutenção do patrimônio público para pesquisas.

Tive um orientando da Embrapa Florestas, do Paraná, o Maciel Machado, pesquisador que fez sua tese⁵ sobre a fazenda Ipanema, alguns anos depois da ocupação promovida pelo MST, e trouxe uma série de elementos interessantes sobre a percepção que esses assentados tinham da questão da floresta, do elemento arbóreo na agricultura, etc.

Não vou dar respostas sobre a minha interpretação a respeito de como trabalhar essa questão. Só estou querendo provocá-los a pensar na convergência entre inclusão social e meio ambiente, se não pela obviedade desses casos apresentados, pelo menos pela importância de resgatarmos um ideário que está atrás do enunciado “meio ambiente”. Um ideário que é muito mais amplo que conservação da natureza e o ensino de crianças para não jogarem lixo no chão. Envolve todas estas questões que estamos abordando aqui sobre inclusão social.

Muito obrigado!

⁵ MACHADO, A.M.B. A produção do saber sobre a floresta pelos assentados na fazenda Ipanema, Iperó (SP). Piracicaba: ESALQ/USP, 187p. Tese (Dissertação). 1998.

Comentário do moderador da mesa, Dr. Herbert

Muito obrigado, Marcos. Eu queria apenas fazer um esclarecimento, já que você citou a questão da recente ocupação da área da Embrapa lá em Ponta Grossa. Nós tomamos todas as iniciativas e procuramos entender qual era a demanda do movimento quando invade ou ocupa uma área da Embrapa. Enviamos um assessor da Diretoria para o local, juntamente com o nosso advogado. Nós conseguimos fazer uma pauta de negociação, pauta de discussão com o movimento e o movimento se retirou da área. O que o movimento social quer é discutir com a Embrapa uma pauta que inclua o compromisso da instituição com o desenvolvimento de tecnologias que viabilizem a melhoria das condições de vida das populações que hoje vivem nos assentamentos. Isso é uma pauta que interessa para a gente, é um compromisso nosso, e nós vamos incentivar para que os pesquisadores se envolvam com essa demanda e comecem a elaborar proposições da pesquisa, o que não envolve só a ação da Embrapa, mas sim, ações de desenvolvimento de assentamentos. Envolve a Embrapa com componentes de pesquisa, mas envolve também, assistência técnica, saúde, educação, aspecto de segurança alimentar, articulação do grupo de produtores, viabilizar mercados para consumo. Uma série de demandas, uma série de elementos que estão envolvidos nesse aspecto de desenvolvimento local. Nossa participação, nosso compromisso é com desenvolvimento de pesquisas e isso nós estamos estabelecendo, esse diálogo importante com os movimentos sociais.

Debate

Dr. Herbert Cavalcante de Lima

Antes de dar início às perguntas, gostaria de agradecer a presença do Dr. Mauro de Almeida, que infelizmente terá que se retirar, em função do adiantado da hora e de outros compromissos por ele assumidos. Antes, eu queria registrar a mensagem enviada por um grupo de acreanos que está lá no auditório da Embrapa Acre, estudantes de Biologia e Agronomia da Universidade Federal do Acre, que mandaram um abraço para você, dizendo que estão muito orgulhosos com a sua participação.

Passando às perguntas que estão sendo encaminhadas pelo auditório, há uma questão de caráter geral, que na verdade é mais uma preocupação com relação à conjuntura atual:

“Hoje o governo preocupa-se mais com o aspecto relacionado com o controle da inflação e também com alguns aspectos da macroeconomia, com o que diz respeito à taxa de juros, e está se vendo pouco debate em relação a essa temática de meio ambiente”.

É, portanto, um comentário geral, sobre o qual vocês poderiam fazer algumas considerações. Para ganharmos tempo, encaminho conjuntamente duas perguntas dirigidas ao Marcos Sorrentino:

“Como é tratada a questão ambiental no Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA) e como você vê a possibilidade de outras instituições, como a Embrapa Meio Ambiente, contribuírem e colaborarem para o PRONERA na realização de cursos de capacitação? Como é que você vê essa parceria, como é que poderia haver uma contribuição da Embrapa?” Pergunta feita pelo Miguel Ângelo da Silveira, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente.

A outra pergunta, feita pelo Lauro Charlet, também pesquisador da Embrapa Meio Ambiente: *“Qual a opinião do Marcos Sorrentino sobre a construção da Agenda 21 local? Pois esta pressupõe não só um novo olhar na ação dos municípios, mas principalmente um dos desejáveis caminhos para se alcançar uma participação e envolvimento da comunidade local.”*

Respostas

Prof. Marcos Sorrentino

As duas questões são muito interessantes e acho que posso começar a respondê-las em conjunto. Hoje de manhã, o Paulo Kitamura falou sobre uma parceria entre a Embrapa e o Ministério do Meio Ambiente na produção e na difusão de materiais educacionais relacionados a questão ambiental, eu reagi positivamente colocando que a gente não gostaria que esta parceria se limitasse a produção e difusão de materiais educacionais, de materiais impressos, mas acredito que ela possa ser muito mais ampla e deva ser muito mais ampla. Porque falar de educação ambiental é falar de educação para reforma agrária e isto significa falar de formação de atores, falar da construção de processos participativos que potencializem o ator local para a ação.

A gente costuma falar: queremos processos participativos formadores de “Chicos Mendes”, formadores de pessoas que tenham um perfil semelhante ao do Chico Mendes, com capacidade de trazer a dimensão ambiental e a dimensão social, com capacidade de ter ação local e projeção internacional, com capacidade de visualizar o estado do planeta e decodificar em propostas de trabalho e renda, em propostas de produção, em propostas de melhoria de qualidade de vida. Como formar este ator local, como catalisar este processo que leva quarenta, cinquenta, sessenta anos para acontecer, e às vezes acontece com uma, duas, poucas pessoas. Para que a gente tenha centenas e milhares de educadores, de líderes, de agitadores sócio-ambientalistas, agitadores no sentido de lideranças sócio-ambientais capazes de contribuir para a construção destes processos, de forma enraizada em cada território, seja o território um município, seja o território uma relação, um grupo social. Como fazer isso? eu acho que o potencial instalado dentro da Embrapa, a capacitação instalada de pesquisa e de recursos humanos dentro da Embrapa; o potencial dentro do Ministério do Meio Ambiente; o potencial de todas as Universidades Públicas deste país, e mesmo algumas não-públicas que também tem competência instalada na área de pesquisa, na área de ensino e na área de extensão; e o potencial de muitas ONG’s e outras organizações devem ser sinergizados, convergidos, catalisados nesta direção de formarmos estes atores, estes

agentes locais de uma sociedade sustentável. Apenas aí eu acho que reside a possibilidade de termos Agendas 21 que tenham um sentido para os municípios. E aqui eu faço ligação com a questão que fala sobre os cuidados que devemos tomar para que as Agendas 21 não sejam mais um momento de gastos do município, contratando alguém para elaborá-la e para poder dizer que o município tem uma Agenda 21. Acho que os 6 mil municípios, os quase 6 mil municípios brasileiros, se tiverem uma sinalização do governo federal e do conjunto de instituições (patrimônios públicos deste país), no sentido de dizerem: olha estes são parâmetros de sustentabilidade local, estes são parâmetros para os municípios estarem avançando na direção do que a gente acredita que seja sustentabilidade, participação, condições de melhoria de qualidade de vida, formação de agentes locais etc. Se vocês querem atuar nesta direção há um conjunto de parceiros disponíveis a cooperar. Eu tenho dito que não é papel do Ministério do Meio Ambiente sair de Brasília e ir para os municípios de todo este país fazer este tipo trabalho, mas é papel sim contribuir na articulação de atores que estejam disponíveis localmente para este tipo de tarefa.

A questão do PRONERA, Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária, eu encaro dentro desta mesma perspectiva, desta perspectiva de formação de agentes locais, que exige este conjunto de parcerias porque não há competência instalada no país. Há uma articulação de universidades brasileiras, que é uma rede de programas de educação ambiental que está acontecendo em algumas universidades. Ontem mesmo, estive no Ministério do Meio Ambiente um professor da Universidade Federal do Acre mostrando as iniciativas que a Universidade Federal do Acre está tomando no sentido de institucionalizar a educação ambiental a partir das atividades de extensão. A Universidade Estadual de Feira de Santana tem um processo muito interessante de cursos de especialização de educação ambiental para a formação de técnicos de órgãos estaduais e mesmo de ONG's, etc. A UNIVALE de Santa Catarina tem um trabalho que eles chamam de Trilha da Vida, um trabalho de sensibilização super bonito. Todas estas universidades, e mais algumas outras que já constituíram a RUPEA – Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental - têm lacunas profundas na sua atuação, às vezes na sua gestão, às vezes no ensino, mas tem virtudes muito interessantes. Então, a única forma da

gente ter massa crítica nesse campo da educação ambiental, da educação para a reforma agrária, da educação voltada à sustentabilidade, é promovendo a aproximação dos diferentes atores no que eles têm de virtude e na perspectiva de que esta aproximação ajude a superar lacunas que existem em cada umas das instituições.

Perguntas

Dr. Herbert

Temos agora mais três perguntas, que vamos encaminhar em um mesmo bloco:

- *Existe por parte do governo algum incentivo para empresas que investem nos projetos de inclusão social? (José Carlos, da Unisal)*
- *Considerando a participação e empoderamento de atores sociais como o caminho para a formação da sociedade sustentável, visando a construção da Agenda 21, como o ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) percebe a possibilidade de implementar um amplo processo junto a setores da sociedade e qual a projeção temporal para esta construção de uma sociedade sustentável? (autor não identificado)*
- *Qual a opinião dos palestrantes sobre a agricultura urbana e periurbana como política pública para aumentar a inclusão social e a qualidade ambiental? (Elias Miranda, pesquisador da Embrapa Acre).*

Respostas

Dr. Paulo Kitamura

Bom, eu posso responder esta última pergunta, da agricultura urbana e periurbana.

Nós temos algumas experiências interessantes no Brasil de assentamentos periurbanos. No Estado do Paraná temos algumas experiências interessantes. Assentamentos periurbanos, como o próprio nome diz, não é tipicamente um assentamento rural, é um misto de assentamento urbano com assentamento rural. Então, não precisamos

ter um lote muito grande, podemos ter lotes pequenos onde forçosamente a família vai ter que ser pluriativa. Vamos ter pluriatividade: algumas pessoas trabalhando no campo e outras pessoas trabalhando na cidade. E tem algumas vantagens interessantes porque não é preciso levar todos os serviços básicos urbanos para esse tipo de assentamento, porque, como estão próximos às cidades, simplesmente coloca-se uma linha de ônibus a mais e então resolve-se, dessa forma, o problema do acesso a determinados serviços básicos. Então, eu vejo com bons olhos a possibilidade de trabalhar de uma forma bem ampla os assentamentos periurbanos. Mesmo nas áreas urbanas, temos áreas públicas que poderiam servir de cinturão verde ou alguma coisa assim, coletiva. São iniciativas que poderíamos implementar e que poderiam ajudar muito na inclusão social.

Prof. Marcos Sorrentino

A primeira vez que eu me envolvi com a questão da agricultura periurbana foi através de um pesquisador do Instituto Florestal de São Paulo, Mauro Vitor, que se aposentou recentemente. Nós fomos participar de um congresso ibero-americano de regiões metropolitanas que enfrentavam o desafio de conter o crescimento da mancha urbana da metrópole através de uma agricultura e de uma agrosilvicultura que, ao mesmo tempo contivesse a expansão do urbano e que desse conta da inclusão social, principalmente de jovens. Desenvolvemos um projeto na ocasião, a partir deste evento no México, e esse projeto está em curso dentro do Instituto Florestal, trabalhando com a região periférica de São Paulo e de alguns outros municípios. A Ondalva Serrano, uma pessoa da área de agricultura, uma agrônoma que foi professora da ESALQ, é quem coordena este projeto atualmente. Eu acho que o potencial que tem a agricultura urbana e periurbana é muito grande, porque além de enfrentar a questão de produção de alimentos e de trazer melhoria das condições ambientais, ela é uma oportunidade de enfrentamento de várias das mazelas que afetam a nossa juventude: o desemprego e vários problemas sociais.

Em relação a projetos do governo para incentivos a empresas que investem na inclusão social, não saberia mencionar se há algum. Sei que empresas que investem em inclusão social estão investindo em algo absolutamente positivo e concreto, estão investindo em algo que

tem absoluta penetração social, tem marketing, tem possibilidade de retorno econômico para a própria empresa. Aquela tese que eu citava, da Xerox do Brasil, mostra que um dos maiores retornos que a empresa tinha nesse investimento era o aumento da sua própria produtividade. As ações que a empresa desenvolvia para fora, de apoio a projetos sociais, “adote um esportista”, coisas do tipo, tinham uma repercussão muito grande na satisfação do trabalhador com a própria empresa. Então certamente vale a pena a gente discutir formas de incentivo, políticas de incentivo não-econômico, outros tipos de incentivos para as empresas investirem em projetos sociais.

E em relação à última pergunta sobre como o ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental – percebe a possibilidade de implementar um processo amplo junto aos diferentes atores sociais no sentido de contribuir para este empoderamento de atores, a estratégia que estamos adotando, nesse um mês e meio que estou à frente do programa⁶, é a de dar o testemunho. Estamos procurando, a partir da nossa própria equipe, a partir de dentro o Ministério de Meio Ambiente, a partir da relação com o MEC (o Ministério da Educação), mostrar a possibilidade do exercício da transversalidade, do exercício não-personalista de ações voltadas ao empoderamento ou a potencialização dos atores locais. Então, este processo em construção pretende gradativamente ir envolvendo os diferentes setores da sociedade no sentido de termos coletivos de tomada de decisão que implementem as políticas que estão sendo propostas. Tivemos sinalizações do Ministério da Saúde, do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de outros ministérios, no sentido de termos parcerias para implementar esta perspectiva de educação ambiental que, no nosso ponto de vista, é uma perspectiva de educação para sociedades sustentáveis, é uma perspectiva que se coaduna com o que foi aqui exposto nesta mesa. Então, a expectativa é que nós aproveitemos o debate de hoje para um diálogo no sentido de catalisar este caminho e apresentarmos para a sociedade alternativas de participação e de utilização do patrimônio público que está nessas instituições, que está no governo federal, a serviço desta perspectiva.

⁶ O prof. Marcos Sorrentino assumiu a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente em abril de 2003.

Perguntas

Dr. Herbert

Para encerrar este debate, encaminhamos uma última pergunta, feita pelo Eduardo Galeta, da CATI, que na realidade é mais um comentário para ser discutido pela mesa: ele levanta uma preocupação quanto a legislação ambiental ser muito punitiva, e que normalmente preocupa-se mais com a parte repressiva, mais voltada ao policiamento e repressão às atividades dos produtores. Na opinião dele, há necessidade de alguma ação no sentido da conscientização e da educação dos agricultores, buscando alternativas de como fazer diferente, visando tornar populações marginalizadas, social e economicamente, parceiras do meio ambiente.

Respostas

Dr. Paulo Kitamura

Esse é realmente um ponto extremamente importante para trabalharmos a educação ambiental e trabalhar a difusão das informações ambientais. Nós da Embrapa Meio Ambiente temos uma experiência bem interessante em relação a isso, porque sempre fomos muito críticos do tipo de agricultura que se faz, mas trabalhávamos muito naquela direção que o próprio ambientalismo trabalhou, que era o ambientalismo de denúncia, de falar que está poluindo, que está degradando e tal. Esta fase já passou, felizmente já passou. Hoje, como estamos trabalhando? Os problemas ambientais estão aí, mas a as soluções também. Nós estamos olhando todos os problemas ambientais como oportunidade de atuação e de integração de esforços para resolver e oferecer alguma coisa para melhorar a qualidade do meio ambiente. Enfim, nós estamos tentando trabalhar esta visão positiva de meio ambiente, acho que por um longo tempo vamos ter muitos problemas ambientais ainda, a questão é resolver e/ou oferecer soluções para os problemas ambientais. É a partir daí que se dá a nossa inserção. E isto mudou até internamente, porque a Embrapa Meio Ambiente tornou-se

parceira para a solução dos problemas, ou seja, não somos mais um “levantador de problemas” para o sistema Embrapa de pesquisa.

Prof. Marcos Sorrentino

Eu acho que o movimento ambientalista tem que continuar denunciando sim, tem que continuar mostrando que tem muita coisa ainda errada sendo feita neste país, e vai continuar sendo feita errada porque o modo de produção e os desejos consumistas continuam em pauta. A mudança que nós esperamos está sendo construída, e ela só será construída se a gente continuar a ter em cada cidadão, em cada cidadã, em cada grupo ambientalista, em cada grupo de pessoas um parceiro no sentido de mostrar os problemas e de buscar alternativas e soluções. E o papel nosso, dos que hoje estão no Estado, funcionários públicos, o papel nosso é honrarmos estes salários que a gente recebe da população e prestarmos serviços no sentido de buscar as soluções, juntos com os demandantes que estão denunciando e estão ávidos também desta agenda positiva que o Paulo coloca. Não adianta só, enquanto governo, enquanto funcionário público, nós dizermos que está errado, a gente precisa construir alternativas e soluções, que estão sendo construídas e vão depender de uma ampla articulação política. E para que esta articulação política dê certo é importante que a população esteja atenta, esteja monitorando, esteja cobrando e propondo.

A Ministra Marina Silva coloca muito esta diferenciação entre uma fiscalização punitiva, que só tenta reparar os danos causados, e uma ação propositiva que antecede aos problemas. A questão das queimadas acho que é um bom exemplo disso. Existe um tratamento que é necessário ainda ser mantido, que é de punir a quem queima de uma forma criminosa muitas vezes, mas é necessário antes de mais nada se envolver com a realidade da agricultura local e saber que muitas vezes esta agricultura não tem outra alternativa senão colocar fogo. Então, devemos buscar juntos com os agricultores as alternativas que possibilitem outros modelos de produção, que muitas vezes são “junto” com a floresta e não “contra” a floresta, e que possibilite a gente aos poucos ir tendo primeiro o fogo controlado e depois outros modelos de produção que não necessitem do fogo. Agora, isso tem que ser construído

junto com o agricultor, não tendo o agricultor como um inimigo, que fica com medo da fiscalização e procura botar fogo de noite.

Vou relatar um caso interessante. Quando eu morava no oeste de São Paulo, o vice-prefeito de uma cidadezinha chamou a entidade ambientalista que eu fazia parte, o grupo ecológico de Assis, para falar que queria uma regional da Cetesb, para a gente batalhar junto para conseguir a regional da Cetesb para a região. E, no dia seguinte um funcionário que ficou indignado ao ver o vice-prefeito posando de ecologista nos levou a denúncia de que ele estava desmatando a fazenda dele, uma área de reserva legal, à noite, deixando uma faixa de mata por fora mas por dentro estava desmatando. Aí nós fomos com a Polícia Florestal lá e denunciámos o vice-prefeito. Então, era uma ação de fachada que não correspondia àquilo que ele estava falando, ele estava por um lado falando que era importante a Cetesb, mas ele estava sentindo uma necessidade de utilização da reserva legal dele para fins econômicos. Só que ele poderia estar agindo de outra forma, dialogando de forma franca, no sentido de buscar como a gente poderia viabilizar economicamente a reserva legal da propriedade cumprindo um papel que eu tenho certeza que ele também acha importante, que é a manutenção da capacidade de suporte daquela floresta, daquele sistema natural, para que os filhos dele, para que outros tenham condição de continuar a fazer agricultura. É esta possibilidade de diálogo franco que a gente quer ter com o agricultor, com o seringueiro, com o grande proprietário. No sentido de mostrar que a causa é comum, nós precisamos é encontrar mecanismos que contemplem a diversidade de interesses. Haverá antagonismos, haverá conflitos, mas os conflitos devem ser resolvidos de forma dialógica.

PARTE II
Meio Ambiente e Reforma Agrária

Apresentação do Moderador do Debate

Dr. Miguel Ângelo da Silveira

Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente

Boa tarde a todos. Vamos dar início à segunda mesa da Conferência Meio Ambiente e Inclusão Social, cujo título é Meio Ambiente e Reforma Agrária.

Gostaria de convidar para compor a mesa os nossos visitantes, que vão discorrer sobre o tema. Convido o Dr. Plínio de Arruda Sampaio, da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. O Dr. Raimundo Pires, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de São Paulo, o INCRA. E o Dr. Ademar Romeiro, chefe do Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélites, da Embrapa, e professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Sem mais demora, eu gostaria apenas de agradecer a presença dos convidados e dizer da expectativa positiva e da satisfação da Embrapa Meio Ambiente em poder recebê-los aqui. Gostaria de falar um pouco mais, mas infelizmente eu tenho medo até de me emocionar, porque o Dr. Plínio Sampaio é uma pessoa que eu respeito muito, que admiro há muito tempo e que tem levantado bandeiras importantes na sua trajetória, como a da Segurança Alimentar e como a da Reforma Agrária. Aliás, Meio Ambiente e Reforma Agrária até recentemente eram apenas dois temas mais gerais no contexto da Embrapa. Mas hoje estão sendo gradativamente tratados com a importância que merecem, e neste sentido a nossa expectativa é muito grande.

Passo imediatamente a palavra aos palestrantes.

Capítulo 4

Prof. Plínio de Arruda Sampaio

Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA

Muito boa tarde. Peço desculpas pelo atraso, que é culpa minha. Eu tinha contado prosa para os meus companheiros de viagem que se eu ligasse o meu automóvel ele passava sozinho, sem motorista, sem nada, passava aqui direto, de tanto que eu passo aqui em frente. E na hora eu estava tão distraído que passamos reto, e quando eu olhei, disse: gente, nós já estamos em Mogi-Mirim! Aí tivemos que dar uma boa volta para chegar... (risos na platéia).

Então, deixa ver se eu coloco este tema para vocês da seguinte maneira: em 1976 eu fui convocado pelo então diretor do PNUD para a América Latina, que era um ex-ministro das relações exteriores do Chile, Dr. Gabriel Valdez. Ele disse para mim: *“Plínio, eu trouxe você aqui e quero te pedir para você fazer um trabalho pela FAO, porque nós vamos financiar este trabalho, que é fazer um programa regional para a FAO. Mas eu queria antes que você respondesse a seguinte pergunta: no final dos anos 50, quando um membro das Nações Unidas chegava num país, ou estava o Ministro de Relações Exteriores ou estava um alto oficial do governo, certamente o Ministro da Agricultura e tal. Ele era levado no dia seguinte para visitar o presidente, e certamente ele faria uma palestra na Universidade com auditório cheio. Hoje a gente chega no país e quando tem o carro da FAO, já está ótimo, porque às vezes não tem nem o carro da FAO. Falar com o presidente então, nem pensar. Se passar perto da Universidade, a gente é chamado de traidor e membro do FMI. Então me diga: o que aconteceu?”*

Eu disse o seguinte: em 1950, a ONU falava novidades, todo mundo queria ouvir. Hoje não falamos mais novidades. E ele disse: *“Bom, então eu quero que você vá para a FAO para fazer um plano com novidades.”*

E eu fui para a FAO, para fazer o tal plano regional. E lá eu tive contato com um texto básico do Chefe da pesquisa agrícola da França, que dizia uma coisa extremamente importante. Ele disse que todo o paradigma da agricultura, tudo que é a base do nosso estudo, é a experiência da agricultura na Europa. Agora, esse não é o quadro geral da agricultura no mundo. Na América Latina, encontramos situações ambientais, de solo e clima, muito diferentes. Mas nós continuamos com um processo em que a agricultura é vista sob este prisma europeu. Este prisma de um tipo de agricultura que não corresponde à nossa realidade. Por fim, neste trabalho com a FAO nós fizemos até um programa regional cuidando disso também.

Então, eu queria dizer para vocês o seguinte: o difícil para a gente entender o tema do nosso debate é exatamente este, ou seja, que nós temos este paradigma dentro de nós, este que se ensina na agronomia, que se ensina na economia. Nós todos estamos trabalhando como se a agricultura fosse só isso, só esse modelo importado. E isso é uma dificuldade para a gente entender a Reforma Agrária, é uma dificuldade para a gente entender o problema do Meio Ambiente. Então, eu queria primeiro resgatar este episódio para a gente se situar. Vejam, eu estou trazendo idéias... Precisamos rever um pouco os nossos conceitos tradicionais.

Bom: Reforma Agrária!

Reforma Agrária, todo mundo sabe, é uma intervenção cirúrgica. Quando a alopatia não dá certo e quando a homeopatia não dá certo, tem que ir para a faca. A reforma agrária, de certa maneira, é uma violência, assim como uma cirurgia é uma violência física. É uma agressão ao físico, para poder tirar um tumor ou uma infecção. Então, esta reforma agrária indolor, incolor, inodora, insípida, não existe. A reforma agrária é, por definição, um processo difícil, um processo cruento, um processo conflituoso. A reforma agrária é uma correção da estrutura agrária. E a estrutura agrária é muito mais do que a estatística do INCRA sobre a concentração da propriedade da terra. A estrutura agrária é o que decorre da concentração da propriedade da terra.

A concentração da propriedade da terra, como sendo a concentração do principal elemento econômico do campo, ela traz consigo uma concentração do poder político, uma concentração do poder

social, uma concentração do poder cultural. Ela é uma estrutura, e essa estrutura no nosso país ela foi definida com uma clareza meridiana por um funcionário do governo Fernando Henrique Cardoso, um dos mais altos secretários do Ministério da Agricultura, o Guilherme Dias. Eu tenho o texto em que ele diz que a nossa agricultura é uma fábrica de miséria, ela fabrica miseráveis.

Então, você tem esta estrutura do campo em que a concentração da terra, gerando uma concentração da riqueza, criando mecanismos de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, cria mecanismos de dominação política em que você perpetua uma oligarquia no poder e você gera miséria. Aí, para você sair desse círculo vicioso, você precisa corrigir cirurgicamente.

Agora, vamos ter claro que esta estrutura é que sustenta uma certa hegemonia no campo. Que não é mais a daquele latifundiário de chapéu, com revólver na cinta, bota, cavalo. Mas é com uma “F” não sei quantas, essas caminhonetes fantásticas; é o gerente da grande empresa... Mas é a mesma estrutura. É a mesma estrutura de dominação, que cria uma hegemonia no campo. Qual é a hegemonia no campo hoje? É a agroindústria, são as indústrias processadoras e as indústrias fornecedoras de insumos, são os grandes interesses exportadores e as grandes propriedades, que ou pertencem a estas mesmas agroindústrias, ou a grupos sociais que ficaram modernizados, para se ter uma agricultura altamente produtiva, mas na verdade com o mesmo viés anterior. É uma hegemonia sobre a população do campo. E esta hegemonia é que sustenta um modelo que é prejudicial ao meio ambiente. É aí que eu junto a reforma agrária com o meio ambiente. Porque este tipo de agricultura, este modelo de agricultura que se sustenta na mecanização forçada, é um modelo de alta produtividade, de grande competitividade, uma competitividade que extrapola as fronteiras do Brasil. Mas ele tem que adotar métodos, tem que adotar sistemas, tem que adotar pacotes, que vão se tornando extremamente prejudiciais ao meio ambiente. É todo o uso excessivo de fertilizantes, o uso de inseticidas, enfim, de todos estes químicos e estes elementos que terminam poluindo rios, poluindo o lençol freático, etc. Enquanto este modelo não for alterado, não há na verdade como se falar na defesa do meio ambiente, não há como se falar em uma agricultura “amigável” ao meio ambiente, ajustada ao meio ambiente, preocupada com a

preservação do meio ambiente. Porque se você for gastar nisso, a rentabilidade da sua produção agrícola é menor a curto prazo. E este tipo de capital que está na agricultura se interessa pelo curto prazo, é todo mundo keynesiano: “no longo prazo estamos todos mortos”. A preocupação com o longo prazo é uma preocupação de governo, não é uma preocupação de mercado. É a preocupação realmente de um órgão que cuida do interesse do conjunto da população.

Então a minha impressão é a seguinte: a hegemonia no campo é que determina o tipo de modelo agrícola, e portanto não se mudará este modelo agrícola para um modelo mais compatível com a preservação da natureza enquanto esta hegemonia não for alterada. E a alteração desta hegemonia constitui basicamente em modificar a estrutura agrária para que novos atores surjam com força política no meio rural. Quem são esses novos atores? São os beneficiários da reforma agrária e são os agricultores da agricultura familiar. Porque na verdade um assentado é um agricultor familiar, em termos da quantidade de terra que dispõe, em termos do seu poderio econômico etc. Porque esta agricultura reformada é mais amiga da preservação do meio ambiente do que este modelo dominante.

E aí eu diria a vocês; o que agride muito o meio ambiente hoje é, por um lado, este modelo de produção; por outro lado, a própria pobreza. Porque o pessoal que tem pouca terra eles esgotam a terra, exploram a terra. Eles não têm condição de segurar uma erosão, não têm condição de fazer uma drenagem, não tem condição de segurar uma salinização, eles não têm. Então, vão sobre-explorando os parquíssimos recursos de que dispõem, e o resultado disso é também uma deterioração. Ora, se fizer uma reforma agrária, se redistribuir esta terra, se esses recursos forem redistribuídos, e você tiver uma elevação do nível desse agricultor familiar, ele primeiro tende a ter uma produção mais diversificada, não uma produção tão monolítica. Segundo, ele pode adotar métodos e sistemas menos agressivos.

Nisto, eu tenho uma informação muito curiosa: O MST, o famoso Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nas suas primeiras tentativas procurou emular a grande propriedade moderna. Os primeiros assentamentos maiores, visitei vários no Rio Grande do Sul, eles tinham uma preocupação muito grande em igualar ou superar o vizinho, que era um grande produtor. O vizinho era um homem que tinha 500

alqueires de soja, então eles queriam ter 500 alqueires de soja igualzinho ao daquele outro, com trator, com o insumo químico, com tudo. Mas hoje eles mudaram. Fizeram uma reflexão, e hoje eles estão com a seguinte teoria econômica: eles querem fazer, no assentamento, primeiro uma produção de auto-consumo confortável, um auto-consumo generoso, grande, e, portanto, uma diversificação da produção agrícola. É um excedente comercializável. O que em termos da econômica clássica é uma regressão às formas mais primitivas do capitalismo. E, no entanto, esta é decisão no MST. A decisão de fazer uma agricultura mais agroecológica, mais ligada a natureza.

Eu vejo que é aí que está a importância crucial da reforma agrária, é criar uma outra força no campo que possa se contrapor a esta força hoje hegemônica e total, absoluta, que é a agricultura de exportação, agricultura de grande produção, agricultura de enorme produtividade a curto prazo, agricultura que não se preocupa de maneira alguma com as externalidades negativas que ela cria. E não tem dentro da lógica dela como fazer isso, isto tem que ser um conflito, isto tem que ser uma disputa de força com força. E arbitrando esta disputa é que o governo poderá, o Estado brasileiro poderá encontrar um certo equilíbrio. Ninguém está propondo aqui uma postulação zapatista, o Zapata entrava na usina e queimava a usina porque não era para produzir, não é isso que eu estou propondo. Espero que não entendam assim. Mas é um equilíbrio maior entre uma agricultura que precisará ter uma produtividade alta para exportar e para atender as grandes aglomerações e concentrações de pessoas; e uma forte agricultura mais diversificada, de produção mais diversificada, mais preocupada com a natureza.

Talvez este equilíbrio não será conseguido tecnocraticamente, e isto talvez seja a única contribuição que eu traga para vocês aqui. Não é tecnocraticamente. O problema todo não é de uma decisão do governo. O problema é de força. E esta força está em potencial no campo, essa enorme massa de agricultores familiares e os beneficiários da reforma agrária que se estiverem organizados, se estiverem cooperativados, se estiverem de fato organizados e conscientes eles vão se opor a esta absurda devastação provocada por este modelo, porque não interessa a eles. Eles vivem da agricultura, eles moram lá, eles precisam de uma natureza preservada, eles bebem aquela água.

Então, realmente eu acho que este é o sentido de uma reforma agrária no Brasil hoje, é criar novos atores políticos no campo. Por isso, quando se discute a reforma agrária em termos de agronomia, é um debate ao meu ver um pouco fora de foco. O que nós queremos é distribuir riquezas, distribuir renda e distribuir poder, para que surjam estes atores capazes de colocar outra visão, e gerar para pesquisadores como vocês um suporte político muito maior do que vocês têm para realizar as suas idéias e para colocar estas idéias que eu sei, quase todos têm, da urgência de se preservar o meio ambiente no Brasil. Este era o recado que ia trazer aqui, depois a gente discute mais, as dúvidas etc. Muito obrigado.

Capítulo 5

Raimundo Pires Silva

Superintendente Regional do INCRA-São Paulo

Boa tarde a todos. Eu quero inicialmente cumprimentar a iniciativa da Embrapa, de trazer este tema de novo ao debate: Reforma Agrária e Meio Ambiente.

Estou aqui numa situação muito difícil, pois de um lado, estou com o Plínio, o mestre, responsável pela formação e a referência de minha militância agrária; e do outro lado, eu tenho o Romeiro, professor do meu mestrado aqui na Unicamp. Então, ao compor esta mesa, sinto-me um pouco constrangido, mas também, honrado. Isto posto, vamos seguir o debate.

A questão do casamento da reforma agrária e do meio ambiente é um debate que vem se constituindo desde de meados dos anos 60, há quase 40 anos atrás, quando se formulou o Estatuto da Terra. Do meu ponto de vista, o Estatuto da Terra é uma das primeiras leis ambientais do país, visto que essa lei rege sobre a função social da propriedade, o que determina que além da produção sejam garantidos tanto os direitos trabalhistas, como também a manutenção e a conservação do ambiente.

Portanto, no corpo dessa Lei, continha-se duas vertentes: uma no campo produtivo, a produção (propriamente dita) e os direitos trabalhistas; e a outra no campo da preservação e manutenção do ambiente.

Mas, neste mesmo período, há uma escolha de rumo neste país, onde o governo ditatorial definiu-se pelo caminho da colonização, a fim de amenizar os conflitos fundiários e sociais oriundos do processo de modernização conservadora do latifúndio, baseada no uso de insumos mecânicos e químicos e no investimento público (subsídios).

Nesta época, não ocorreu a reforma agrária, mas sim um processo de colonização, também previsto no Estatuto da Terra. E esse processo de colonização direcionou pessoas principalmente para a região norte

deste país, proporcionando um processo de ocupação da fronteira agrícola.

Aqui temos uma grande questão, porque se modernizou o latifúndio e nisso criou-se um conflito fundiário. Esse conflito fundiário se amenizou abrindo fronteiras no norte do país. Mas, como foram abertas estas fronteiras? Foram abertas colocando a questão da eficiência. E que eficiência era esta? O desmatamento!

Do processo de colonização na região norte resultou uma ação brutal e violenta sobre o ambiente, principalmente na Região Amazônica.

Então, nesse período, começa um processo de rompimento, ou, como eu falei de casamento, começa um processo de divórcio entre a questão agrária e a questão ambiental. Porque o colono, para ganhar crédito, ganhar todas as condições de financiamento e fomento do Estado era obrigado a desmatar o meio ambiente. E com isso, foi feita a degradação de metade do estado de Rondônia, que cito como exemplo.

Ora, o que resultou deste processo de colonização, deste divórcio? Para os colonos, foi uma convivência com a malária e a perpetuação da exclusão. E por outro lado, o intenso desmatamento da Amazônia.

Nos anos seguintes, no decorrer dos anos 80, veio o período de democratização, abre-se o debate da Reforma Agrária, retoma-se o Estatuto da Terra, se elabora o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA, e ocorrem os primeiros assentamentos. Contudo, apesar desse aparato e aporte público, cabe afirmar que todos assentamentos são decorrentes de uma luta, de um conflito social – com a ocupação de terra, acontece a intervenção pública, portanto, somente por pressão social os governos criaram os assentamentos.

Mas, ainda nesse segundo momento, se manteve o divórcio entre a questão agrária e do ambiente.

Como o prof. Plínio falou, neste momento o assentado era pressionado pelo paradigma da eficiência produtiva: “o assentado tem que produzir igual ao fazendeiro do lado”. Então, cabia ao assentado buscar os mesmos modelos do fazendeiro, ficando rendido ao modelo dominante, consolidado no uso intensivo de insumos químicos e mecânicos.

Pode-se destacar dois exemplos disso. O primeiro é o assentamento da Fazenda Pirituba, na região de Itapeva (SP), onde

hoje existem cerca de seiscentas famílias. Em 1984 as primeiras famílias (em torno de cem) ocuparam a área, e no primeiro ano agrícola estavam produzindo da mesma forma e com a mesma produtividade do fazendeiro ao lado, ou seja, através de insumos mecânicos e químicos, com alto impacto ambiental. No mesmo ano, o fazendeiro do lado produzia 50 sacas de feijão e os assentados também.

O segundo exemplo é o assentamento de Sarandi (RS), marco do início do MST (Movimento dos Trabalhadores-Sem Terra). Também lá, ocuparam a terra e tiveram a vitória de transformá-la em assentamento, sendo que, no mesmo ano, eles já estavam produzindo igual ao fazendeiro vizinho, porém, também com alto impacto no ambiente.

Contudo, há que se que ressaltar duas questões. A primeira é que a terra desapropriada, em geral, é uma área devastada em decorrência de ser improdutivo. A segunda é a pouca disponibilidade de tecnologias adaptadas para a produção familiar, principalmente nos anos 1980, quando estas tecnologias inexistiam ou não estavam acessíveis. Em decorrência disso, restava aos assentados um único caminho, o de uso da tecnologia disponível.

É necessário também ressaltar que neste período a questão ambiental, por mais que ocupasse algum lugar em instituições de pesquisa e também nas Universidades, não estava massificada, não era de fácil acesso e estava restrita a alguns movimentos sociais.

Bom, nos anos 1990 é quando eu acho que se começa de novo o casamento da reforma agrária com a questão ambiental. Nesse período, houve alguns acontecimentos que ajudaram essa reaproximação, como a Eco-92, no Rio de Janeiro, que podemos destacar como um marco importante na massificação da questão ambiental, devido sua magnitude mundial. É um período de busca e acesso a tecnologia que permitisse assegurar o meio ambiente e o assentado.

Portanto, a partir daí há uma reformulação produtiva nos assentamentos. Porque os assentados viram que o outro modelo os levou a um endividamento brutal e à não possibilidade de alavancarem sua melhoria de vida. Com essas novas tecnologias eles passam a ver outras possibilidades, como assumir o rumo do seu próprio caminho.

A partir dos anos noventa, ocorre uma série de experiências vitoriosas. Como, por exemplo, lá em Hulha Negra (RS), no

assentamento “Conquista da Fronteira”, a produção de sementes orgânicas, de diversas culturas olerícolas, e isto é pioneiro no Brasil. Nessa região, há um micro-clima propício à produção de sementes, e hoje são os assentados que estão desenvolvendo as sementes de cebola e de cenoura orgânicas, entre outras. Os assentados estão rompendo toda uma formulação tecnológica, porque essa região é usada pelas grandes empresas para a produção de sementes dentro da concepção do modelo dominante.

Outro exemplo é na região Norte, nas reservas extrativistas. Em Rondônia podemos perceber que, para as áreas de Reserva Legal, existem leis que garantem políticas públicas de desenvolvimento econômico voltadas para as populações tradicionais, inclusive algumas políticas financiadas pelo Banco Mundial. Agora, para o colono que desmatou, não há uma política. Para o colono, que há quarenta anos atrás foi obrigado a desmatar, estimulado pelo próprio governo, quando vai solicitar financiamento atualmente ele tem que ter 80% de sua área com mata, como exige o IBAMA e o Código Florestal. Há então em Rondônia uma situação bastante curiosa: de um lado, onde há mata, há política pública; do outro lado, onde está desmatado por incentivo de uma política pública anterior não conservacionista, não há atualmente nenhuma política para este colono. O que se observa então é que o colono, através de práticas de agricultura orgânica, de diversificação produtiva, está buscando e trazendo retornos bastante interessantes para a agricultura familiar em Rondônia.

Aqui em São Paulo pode-se apresentar o caso da Fazenda Ipanema, em Iperó, que nos anos 80 foi palco de um confronto muito grande entre o pessoal do meio ambiente e a luta dos sem-terra, porque estes ocuparam uma área do Ministério da Agricultura, que no começo dos anos 90 o governo Collor transformou em Reserva Florestal. Era um confronto entre os ambientalistas e assentados. Hoje, depois de 10 anos, nessa fazenda há um grupo crescente de agricultores trabalhando com biodinâmica, e já neste ano dois agricultores vão receber o certificado. No Pontal do Paranapanema, existem vários assentados trabalhando com sistemas agroflorestais (SAFs), em parceria com pesquisadores da ESALQ e ONGs locais.

E, por fim, pode-se citar uma iniciativa, uma parceria entre a Embrapa Meio Ambiente e o INCRA de São Paulo, aproveitando para

fazer uma propaganda minha e do Paulo Kitamura, é uma iniciativa conjunta, visando a implantação da Agenda 21 no Pontal do Paranapanema e a execução de projetos conjuntos visando a pesquisa e capacitação tecnológica voltadas para a sustentabilidade agroambiental dos assentamentos em São Paulo.

Então eu vejo que, como o Plínio falou, os novos atores (os assentados) estão construindo uma série de alternativas e estão buscando, junto com as instituições, a luta por um ambiente melhor. Hoje vocês podem ter certeza que a Reforma Agrária e os assentados são aliados de vocês pesquisadores no sentido de construir esta tecnologia que mantém e conserva o ambiente.

Muito obrigado.

Apresentador - Miguel

Bom, já pudemos ver até o momento, a partir da exposição dos dois convidados, a responsabilidade e a importância do papel da pesquisa agropecuária brasileira, não só no sentido de proporcionar alternativas tecnológicas ao modelo vigente de agricultura que está aí, mas também de desenvolver novas metodologias para aprender a trabalhar com os agricultores, os assentados, os agricultores familiares brasileiros, no sentido inclusive de proporcionar a tão esperada inclusão social, falada hoje na parte da manhã. O que ouvimos até agora vem ressaltar o papel que a pesquisa agropecuária brasileira passa a ter nas questões de reforma agrária e de meio ambiente.

Em seguida passo a palavra para o Dr. Ademar Romeiro para discorrer sobre o tema.

Capítulo 6

Prof. Ademar Romeiro

IE/UNICAMP

Bom, obrigado Miguel. O convite para participar desta mesa me trouxe bastante satisfação, uma vez que trata-se de um assunto sobre o qual trabalho há bastante tempo. É preciso dizer também que depois das intervenções do Dr. Plínio e do Raimundo fica bastante fácil falar, porque estas são bastante complementares ao que eu pretendo expor. O Dr. Plínio enfatizou o papel que a reforma agrária teria em relação ao meio ambiente ao desconcentrar a propriedade da terra e com isso ampliar o papel da agricultura familiar, na suposição, que eu acho correta e vou explicar daqui a pouco porque, de que a produção familiar seria mais amigável, mais sensível à questão ambiental. Por outro lado, o Raimundo lembrou muito bem que esta postura não lhe é inerente em qualquer circunstância. Nos anos 80, por exemplo, os beneficiários da reforma agrária eram estimulados pela política agrícola a adotarem o padrão tecnológico considerado mais eficiente e aqueles que assim o fizeram tiveram produtividade elevada, etc.

Portanto, embora pudessem em princípio ser mais sensíveis à questão ambiental, dependendo das circunstâncias a adoção da tecnologia vai seguir o curso dominante. Nos anos 90, como observou o Raimundo, em função de uma maior disponibilidade de conhecimento e conscientização em relação a práticas agroecológicas, muitos agricultores familiares passaram a buscar alternativas, apesar da falta de apoio de políticas agro-ambientais específicas. De qualquer modo, eu diria que esta busca de alternativas pelos agricultores familiares, principalmente assentados, decorre de uma decisão racional no sentido de aproveitar melhor os recursos que esse agricultor familiar possui, ou seja, sua disponibilidade de trabalho familiar. Por que? Porque efetivamente uma agricultura mais amigável do ponto de vista ambiental exige mais trabalho, embora diferenciado; estas práticas alternativas

implicam, portanto, uma produtividade do trabalho menor do aquela obtida com as práticas modernas convencionais.

Ora, isso já nos coloca um problema, que é na verdade o que apontam os críticos das práticas agroecológicas: tudo bem, é muito bonito, mas dada a menor produtividade do trabalho os preços dos alimentos teriam que ser mais elevados, penalizando mais que proporcionalmente os pobres. Esta é uma crítica que tem que ser levada à sério; um produtor familiar descapitalizado poderia internalizar estes custos trabalhando mais e não repassá-los para os preços. Mas de qualquer modo nós teríamos aí um problema, que está colocado de maneira geral e que pode ser resolvido, ao meu ver, justamente com a pesquisa. Eu acho que é possível ter práticas agroecológicas compatíveis com o nível de produtividade do trabalho que se espera de uma sociedade moderna. Mas é importante notar que se nós considerarmos hoje o custo de oportunidade do trabalho da família rural, não há necessidade no momento de obter com práticas agroecológicas os resultados, em termos da produtividade do trabalho, que hoje são obtidos com as práticas convencionais.

Dado este baixo custo de oportunidade da mão-de-obra familiar, a viabilidade econômica da produção alternativa (agroecológica) não depende desde o início de aumento de preços e/ou subsídios importantes. Ou seja, eu quero dizer que no caso do Brasil dá tempo da pesquisa avançar no sentido de aumentar a produtividade do trabalho em práticas agroecológicas - existe todo um leque de alternativas sendo desenvolvidas - no sentido de tornar menos custoso esse trabalho adicional que exige os cuidados ambientais, menos trabalhoso. Então, esse é o quadro que eu acho que é preciso ter em conta para nos precavermos das críticas que normalmente se faz à agricultura agroecológica, até porque como nós sabemos o mercado de produtos agroecológicos e biológicos oferece produtos hoje de maneira geral mais caros, que são consumidos por parcelas de maior poder aquisitivo da população. Hoje isso é assim porque ainda é um nicho de mercado, no caso do Brasil um nicho ainda bastante restrito, e há muitas vezes um sobrepreço, que é de um produto especial. Na medida em que a pesquisa avança, na medida em que o número de produtores aumenta, nós poderemos aí ter os grandes benefícios que a agricultura convencional tem, ou seja, anos e anos de pesquisa, anos e anos de

desenvolvimento científico e tecnológico, e assim reduzir tremendamente o custo.

Agora, finalmente eu gostaria de observar que de qualquer modo uma política agroambiental é, fundamental para viabilizar a expansão das práticas agroecológicas no país, na medida em que continuam presentes os fatores socioeconômicos que levaram à adoção do que se considera agricultura convencional moderna. E quais são esse fatores econômicos que induziram a modernização na agricultura na direção que nós conhecemos? São muito simples, na verdade a agricultura que nós consideramos convencional hoje, moderna, ela surge há mais de um século, do desejo e da vontade dos agricultores mais comerciais, mais dinâmicos, de produzirem apenas o produto que possibilitasse maior ganho. Ou seja, a monocultura. A lógica econômica da monocultura é essa, produzir aquilo que dá mais renda, maior lucro naquele momento, independentemente das condições ecológicas. Então, se produzir trigo era mais lucrativo, como foi o caso da Europa durante muito tempo, todos agricultores queriam produzir só trigo. Ora, a monocultura de trigo é algo extremamente degradante para o meio ambiente. Isto levou a todo um esforço científico e tecnológico de atenuar os efeitos degradantes que a monocultura provoca no solo, controlar as infestações constantes de pragas, etc.

Em grande medida, nós podemos traçar essa lógica de inovações da agricultura moderna como uma busca de respostas provocadas pela lógica econômica da monocultura. O que assistimos no Brasil hoje, no caso da expansão da soja ilustra bem esta dinâmica. O papel de uma política agroambiental seria o de tornar mais atrativo economicamente para o agricultor uma diversificação relativa da sua estrutura produtiva. Na medida em que a sociedade se torna mais consciente do custo ambiental da monocultura, a legitimidade é maior para a implementação de políticas agroambientais que imponham um custo econômico aos produtores que não respeitem certas regras mínimas de conservação dos recursos naturais.

Sem uma política agroambiental, a lógica de mercado da monocultura tende a prevalecer, mesmo para os produtores familiares. O Raimundo observou que, apesar de tudo, nos anos noventa muitos agricultores familiares buscaram alternativas agroecológicas. Eu diria que muitos destes assim fizeram não tanto por razões de conscientização

ecológica, mas pelo fato de que dadas as dificuldades de acesso ao crédito, a agricultura agroecológica aparece como uma opção, uma vez que se baseia no uso mais intensivo do fator mais abundante da empresa familiar que é o trabalho. Uma tese recente mostrou que uma comunidade de assentados descapitalizados no Paraná, que atravessava grandes dificuldades, passou a ver na agricultura orgânica uma maneira de sair da situação e foi bem sucedida. Sem dinheiro para comprar fertilizantes, por exemplo, verificaram que poderiam produzi-los organicamente, criando animais e fazendo compostagem. No entanto, é preciso neste caso considerar que, como a opção pelas práticas agroecológicas foi em função da situação econômica, este quadro pode ser revertido, uma vez que oportunidades surjam para a volta a sistemas convencionais. Este é o caso em muitas situações, como apontou o Raimundo, onde produtores familiares vão em busca de alternativas agroecológicas, em função da dificuldade de acesso ao “pacote tecnológico moderno”, mas na medida que eles passam a ter este acesso podem mudar de idéia novamente.

Mas de qualquer modo só queria terminar enfatizando isso, é verdade o que o Dr. Plínio disse no sentido de que a agricultura familiar, por sua maior disponibilidade de trabalho, pode ser mais aberta, mais sensível às práticas agroecológicas. Mas é preciso efetivamente um apoio científico, tecnológico, político, crédito etc, enfim, o que se convencionou chamar de políticas agroambientais. Obrigado.

Debate

Dr. Miguel Ângelo da Silveira

Eu agradeço a apresentação do Dr. Ademar Romeiro. Interessante a complementação que ele deu às palestras anteriores, reafirmando a necessidade de políticas públicas eficientes, e de uma ação eficiente do Estado para poder garantir e solidificar os projetos dos assentamentos rurais de reforma agrária. E eu acrescentaria também que a agroecologia estará garantida quando ela passar a fazer parte das lutas diárias dos agricultores familiares, dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, associando-se à sua luta pela terra e a sua luta pelo campo. Porque, se não for assim, ela estaria sendo visada apenas como uma questão momentânea de oportunidade.

Bom, terminadas as palestras, a gente já pode passar imediatamente para as perguntas. A primeira pergunta é endereçada a todos da mesa:

- *A agricultura e pecuária tradicionais causaram todos os danos ao solo e ao meio ambiente que estamos presenciando. Este seria o modelo proposto aos assentamentos, e a solução para a preservação do solo e do meio ambiente?*

Eu passaria aos palestrantes, pela mesma ordem das falas. Por favor, Dr. Plínio primeiro.

Respostas

Prof. Plínio de Arruda Sampaio

Se eu entendi a pergunta do Osvaldo, ele está supondo que nós estamos defendendo que se volte à agricultura tradicional, mas não é isto que estamos propondo. Nós estamos propondo que se volte a uma agricultura agroecológica, onde a meta da unidade produtiva não se restrinja, em termos de vantagens comparativas, a escolher o produto mais rentável e usar tecnologia de alta produtividade neste produto,

mas sim fazer uma diversificação da sua produção, que permita manter a família em um nível alimentar elevado e gerar excedentes, evidentemente com tecnologias apropriadas. Essa é a idéia.

Eu esperei uma pergunta, mas talvez eu possa me antecipar, é uma coisa que o Dr. Romeiro falou. Inegavelmente, se nós formos ter uma atenção muito grande para a ecologia, a produtividade não vai ser a mesma, a produção não vai ser a mesma, o sistema de comércio do produto agrícola vai ter que mudar. Quando eu era menino, por exemplo, tinha época que se comia laranja, tinha época que não tinha laranja. Mas hoje você tem laranja o ano inteiro, e isto é fruto deste esforço brutal. Antigamente, você comprava melancia, vinha uma melancia assim, vinha outra de outro jeito, agora vem uma bola de futebol, que não tem o mesmo sabor das antigas, e isso não é saudosismo.

Então, evidentemente que a agricultura agroecológica não é esta agricultura industrial, que tornou o produto uma coisa praticamente industrializada. E portanto, para abastecer grandes massas, ela vai ter um problema complicado, porque há uma exigência de consumo hoje, há uma demanda que vai cada vez mais se sofisticando. Hoje, para você comprar limão tem que ter um negocinho de plástico com um outro plástico em cima. E tem limão de grife, não é verdade? Isso tudo não é real, isso tudo é uma sofisticação para ganhar dinheiro, para fazer negócio, para agregar valor.

Na verdade, a mudança do modelo agrícola não é uma coisa inocente, e nem é uma coisa que diga respeito apenas à agricultura. A mudança de modelo agrícola é uma mudança na sociedade, é um modelo alternativo de sociedade. E aí entra um problema difícil, inclusive para nós de classe média, que é o problema do consumo: nós, a classe média brasileira, somos viciados em um consumo que é incompatível com a renda que a nossa economia produz. Então, isto supõe um tipo de modificação de hábitos de consumo, é um processo, por isso eu digo que é uma luta, e por isso que eu digo que não é uma questão tecnocrática. É uma questão de confronto de visões de mundo, e nós precisamos trazer para o protagonismo político brasileiro este mundo mais habituado a uma vida simples, este mundo mais habituado a um consumo compatível com os recursos que nós temos.

É um pouco isso que eu quis traduzir quando falei que a reforma agrária não é apenas uma reforma de divisão da terra, ela é uma reforma

social e é uma reforma política, extremamente importante. De modo que, se eu entendi a pergunta, a agricultura e pecuária tradicionais eu imagino que seja esta extensiva ou semi-extensiva, mas não é isso que se propõe quando se fala de agroecologia e da pequena agricultura. Propõe-se, ao contrário, como disse o Dr. Romeiro, uma agricultura que tenha muito mais trabalho, que usa o recurso que não é escasso, que é o trabalho, cujo custo de oportunidade é baixíssimo. Mas não é de forma alguma retornar ao sistema anterior, que era predatório do mesmo jeito. Os fazendeiros de café, que fizeram o Estado de São Paulo, exploravam monoculturas que eram altamente prejudiciais ao meio ambiente.

Raimundo Pires Silva

Dentro desta questão da pecuária eu acho interessante citar o Pontal do Paranapanema, no sentido de exemplificar um pouco a discussão colocada pelos dois companheiros da mesa. A ocupação do Pontal do Paranapanema se dá pelo grilo da terra pública, e ela é viabilizada pelo latifúndio e pela pecuária extensiva. Estamos falando de um processo de destruição ambiental que é muito recente, inicia em 1940, onde 200 mil hectares de floresta foram abaixo e hoje só resta em torno de 40 mil, isso praticamente de reservas oficiais. O restante da mata, e era mata atlântica, foi destruída.

Há controvérsias em falar isso no Pontal, mas é o que está colocado. E quem está sendo hoje o precursor do retorno da questão ambiental, quem está repovoando e reflorestando o Pontal, quem trouxe ONG's para o Pontal na questão ambiental, foram justamente os assentados. Então, os assentados também hoje estão sendo a vanguarda, podemos chamar assim, da questão ambiental nas áreas reformadas. A construção de um novo modelo de reforma agrária hoje está permitindo isso. Agora, há uma necessidade de tratarmos as questões pontuadas pelo Romeiro, e uma das que eu queria ressaltar é o fato de que, por mais que exista um esforço social, não há políticas. O pessoal lá no Pontal tem buscado condições de fazer um re-povoamento com árvores nativas, mas cadê o PRONAF ambiental? Até o momento não existe, estamos pensando em criá-lo agora, no governo Lula. Se a pessoa quiser, em vez de plantar milho, fazer a sua floresta, qual é a renda que ele vai ter durante quatro, cinco, seis, sete anos? São respostas

ainda não colocadas. Agora, eles estão lá sim, atuando junto com as ONG's, buscando recursos. E onde se obteve recurso, você tem hoje no Pontal uma série de assentamentos que estão povoando e estão garantindo a única grande reserva que restou no interior paulista, que é o Parque Estadual do Morro do Diabo. São os assentados que estão garantindo essa reserva. Os assentados ao redor do Parque estão fazendo todo um manejo de proteção a esse ambiente.

Prof. Ademar Romeiro

A agricultura agroecológica pode ter aumentada a sua produtividade do trabalho uma vez que existe todo um leque de alternativas ainda a serem desenvolvidas, particularmente na área de biotecnologia aplicada e de informática aplicada a sistemas complexos. Na França, nos anos 50, se tentou ajudar a manutenção do sistema de rotação de cultura através de programação linear, de modo a dar ao agricultor modelos de rotação variados para que ele pudesse adaptar sua estrutura produtiva às flutuações do mercado, mas era muito complicado. Mas hoje, com a informática, tudo isso é mais fácil. É possível de certa maneira manter uma flexibilidade do agricultor face às situações de preço de mercado e ao mesmo tempo atenuar estas flutuações com uma política agrícola, de modo que o agricultor tenha condição de gerir um espaço agrícola mais diversificado, como manda a regra geral da agroecologia.

A regra geral da agroecologia é manter o máximo de biodiversidade *in situ*, isto é, dentro do espaço cultivado, o que pode ser obtido através da rotação ou associação de cultivos, dependendo se é cultura perene ou não; e *ex situ*, ou seja, em volta, no entorno da propriedade, através de remanescentes de florestas nativas nas áreas menos propícias à agricultura. Como resultado, tem-se aquela paisagem agrícola mais amena, mais diversificada. Esta é a lógica mais geral da agricultura ecológica. E a gestão desta complexidade, desta biodiversidade, por definição, é mais trabalhosa que a gestão da monocultura, mas pode ser facilitada em muito pelos os avanços da pesquisa científico-tecnológica.

Eu acredito que no longo prazo será possível sim responder aos desafios de alimentação do mundo com base em práticas agroecológicas. Não é incompatível manter uma produção elevada com sustentabilidade e com produtividade do trabalho adequadas. Esse ultimo ponto é crucial,

porque a longo prazo, se não for possível aumentar a produtividade do trabalho em sistemas de produção agroecológicos, estes continuariam circunscritos a nichos de mercado.

Portanto, a produtividade do trabalho é fundamental. Não é necessário chegar a níveis de produtividade que permitem, num país como os Estados Unidos, que toda a produção agropecuária seja obtida com apenas 2% da população economicamente ativa. Se para poder produzir agroecologicamente for preciso aumentar para 2,5% a população economicamente ativa na agropecuária (um aumento de 25%), não vejo nisso um problema maior do ponto de vista do custo dos alimentos para a média das famílias americanas, que gastam de 10 a 15% do orçamento em comida: haveria um impacto de 2,5% a 3,75% dos gastos com alimentação no orçamento, que poderia ser aceito se houvesse clareza sobre os benefícios ambientais e para a própria saúde do consumidor de uma produção agropecuária mais equilibrada ecologicamente.

Este é o desafio: mostrar e tornar aceito o fato de que a agricultura convencional externaliza os custos dos impactos ambientais que provoca. Na medida em que estes custos passem a ser internalizados, a competitividade da agricultura agroecológica aumenta rapidamente.

Perguntas

Dr. Miguel

Nós temos aqui mais três perguntas endereçadas para a mesa. Antes de fazer a leitura das perguntas, eu gostaria de lembrar, talvez o Dr. Ademar Romeiro possa me corrigir, mas me parece que os países mais avançados em termos de agricultura orgânica, como Dinamarca e Áustria, estão com cerca de 20% da produção em sistema orgânico. A Alemanha também tem planos de chegar a 20% no final desta década.

Eu gostaria também, por uma questão de justiça, de aproveitar para lembrar que fiz algumas intervenções, algumas alusões à pesquisa agropecuária, e à Embrapa particularmente, mas eu gostaria de dizer que nós temos na Embrapa hoje experiências importantes e interessantes na área de agroecologia. Com isto, eu pretendo tirar a impressão de ter causado alguma injustiça a pesquisadores em agroecologia da Embrapa.

Voltando às perguntas, eu pediria que vocês me permitissem encaminhar estas três perguntas em conjunto para a mesa, pois de certa forma elas têm alguns pontos convergentes.

Inicialmente, a pergunta do Edson, da Unicamp:

- *De que forma o governo poderia estimular as famílias assentadas a optarem pelo modelo de produção agroecológica? Que medidas poderiam ser colocadas em prática para ocorrer um estímulo?*

A segunda pergunta não foi assinada:

- *Como ajudar os assentados a se organizarem e, portanto, conseguirem maior poder político, sem impor a nossa visão de mundo, muitas vezes embutida em nossas tecnologias?*

E a terceira pergunta, do Daniel Gonçalves, da UFSCar, para toda a mesa também:

- *No Brasil, algumas questões como direito à propriedade, poder econômico e articulação política, têm mantido o modelo hegemônico intocável nas mãos de poucos. Como mudar isso?*

Eu passaria para o Dr. Plínio para respondê-las, depois aos outros colegas da mesa.

Respostas

Prof. Plínio de Arruda Sampaio

Eu vou começar por esta do Daniel Gonçalves sobre a questão do direito de propriedade, etc. O que eu estava colocando é isso, reforma agrária é uma disputa política. É uma disputa exatamente concernente ao direito de propriedade, é uma limitação do direito de propriedade, é uma restrição ao direito de propriedade. E, portanto, ela é uma luta contra a classe dos grandes proprietários. Isso é inegável. E eu estou falando aqui para um grupo que eu imagino que seja aliado dos pequenos agricultores nesta luta. Mostrando que esta luta responde, inclusive, à grande preocupação dos que estão nesta sala, que é a preocupação com o equilíbrio da natureza, que essa luta é uma luta de sinergia, ela soma com a luta dos técnicos que estão dizendo: “Olha, do jeito que a coisa vai, essa natureza vai arrebentar aí, precisa mudar este modelo.” E eu estou dizendo: não mudarão este modelo com conceitos técnicos,

mudarão este modelo no bojo de uma luta política pela reforma agrária. Essa que é a essência da reforma agrária.

Quem optou pelo modelo da agroecologia foram os próprios trabalhadores do MST. A maneira que nós temos de estimular é ajustar um crédito a isso, como falou o Raimundo agora, e os pesquisadores comecem a dar realmente uma atenção, prioridade grande para a gente conseguir manter isso.

De modo que eu responderia agora à pergunta que me veio específica:

- *Do seu ponto de vista qual é a estratégia para implementar a reforma agrária em bases agroecológicas. Decidida a ser implementada, quanto tempo seria necessário?*

Ora, isso é um processo, isso não é uma coisa para o ano que vem. Nos países mais adiantados é 20% de produção orgânica. Então, você tem 80% da outra produção. Você não pode provocar um traumatismo da produção. Isto vai ter que ser processo lento, eu imagino que algo em torno de 10, 20 anos, no mínimo, para fazer esta transformação. O importante é dar o primeiro passo, é quebrar a hegemonia da agroindústria no campo. A hora que quebrar essa hegemonia você tem força para propor uma outra política. E o que é essa força? É força para fazer o orçamento da Embrapa, é força para fazer bolsa de estudo para pesquisador, é este tipo de força. É força, por exemplo, para mudar o sistema de mercado, o sistema de comercialização, o sistema de abastecimento... Porque vai mexer em tudo, vai mexer na armazenagem, vai mexer no abastecimento, vai mexer na fixação de preços, isso é uma cadeia, é uma corrente, um sistema. E eu acho que o elo básico do sistema é a propriedade da terra, a desconcentração da propriedade da terra. E é puxando este elo que a gente vai trazendo os outros, em um processo de 10, 15 anos.

Vamos agora a uma segunda pergunta que me foi dirigida diretamente:

- *Qual é a sua perspectiva para a eficácia do Departamento de Economia Solidária do Paul Singer?*

O Paul está fazendo uma série de experiências que eu acho que são muito úteis, muito necessárias. Eu não tenho um conhecimento mais profundo deste tipo de trabalho, porque eu estou trabalhando com uma outra área. Acho importante e acho que nós estamos todos buscando

alternativas, aqui neste Centro da Embrapa, nós estamos buscando alternativas ao método de produção. E eu fico extremamente grato de ver isso, pra mim é muito bom. Eu me lembro que quando eu fui eleito deputado federal, na minha volta ao Brasil, eu fiz um pedido à Embrapa como deputado, pedindo informação, eu queria saber todas as pesquisas, quem eram os pesquisadores e qual era o objeto. Depois, eu reuni vários agrônomos, veterinários, amigos e fizemos uma análise desta resposta, para ver quais destas pesquisas de fato interessavam ao pequeno agricultor, ao agricultor familiar, e era uma porcentagem mínima. A grande massa das pesquisas era destinada mais a preparar exatamente a possibilidade do consumo de certos insumos, era a introdução de certos insumos no cultivo. E eu me lembro que eu mandei uma informação ao Ministro da Agricultura, e o Ministro me chamou na Embrapa, isto era no tempo do Pedro Simon. E eu tive um debate com esses pesquisadores exatamente sobre isso. Hoje eu vejo ao contrário, eu vejo que vocês estão engajados numa linha extremamente importante, isso é altamente gratificante para quem sempre se preocupou com este aspecto. Eu acho que talvez alguma contribuição eu trouxe aqui, e é para dizer o seguinte: a grande tentação do tecnocrata, a grande tentação do técnico, a grande tentação do homem de ciência é um pouco se isolar desta luta política. Até porque esta luta política é uma coisa difícil, complicada, divisiva. Mas eu quero dizer o seguinte: é inevitável. Se quiser ter eficácia tem que estar consciente de que isto não é simplesmente uma questão racional, de convencer uma pessoa de que com a agroecologia é melhor para todo o mundo, não é. É preciso ter isso e ter um reforço atrás, ter um suporte, ter uma retaguarda forte, e esta retaguarda forte é a luta da massa trabalhadora do campo.

Raimundo Pires Silva

O bom de falar depois do Plínio é terminar assim: concordo com tudo. Bom, eu vou ficar com duas questões aqui. Primeiro, a questão do impor a visão de mundo aos assentados. Eu não teria essa preocupação, porque hoje se há reforma agrária, isto se deve à luta social. Então ninguém está impondo visão de mundo a ninguém. Eu acho que existe uma organização social, não dá para falar de reforma agrária se não reconhecermos que a reforma agrária hoje também é feita por um movimento social. E ele é um dos condutores desta reforma agrária, então ele não é passivo nesta história, então não há

como impor visão de mundo sem se discutir claramente para que esta tecnologia serve e para onde ela vai.

Quanto à questão do estímulo, à produção agroecológica nos assentamentos, eu jogaria para vocês aqui da Embrapa. Nós temos um trabalho conjunto no Pontal do Paranapanema e em outras regiões do estado, e há uma necessidade grande de que a Embrapa nos ajude a responder algumas questões que estão sendo colocadas lá: como garantir, de um lado a questão do alimento produzido de forma agroecológica e de outro lado, como garantir a renda do produtor assentado. Esta é uma pergunta essencial e esse é o estímulo aqui colocado, então jogo esta pergunta para vocês. É isso que nós do Inca estamos esperando aqui desta parceria com a Embrapa Meio Ambiente, que responda principalmente isso. Desde já agradeço, muito obrigado pelo convite para participar desse debate.

Prof. Ademar Romeiro

Bom, inicialmente vamos abordar a pergunta do Edson: de que forma o governo poderia estimular as famílias assentadas a optarem pelo modelo de produção ecológica. A primeira política importante é o acesso à informação. É preciso que estes agricultores tenham este acesso à informação. Hoje os agricultores, assentados ou não, pequenos agricultores familiares que adotaram estas tecnologias são orientados por ONG's. É um trabalho importante de assistência técnica que estas ONG's têm feito, atuando como correia de transmissão das informações. A Embrapa evidentemente não tem esse papel de fazer assistência, mas a Embrapa na medida em que tem uma unidade de agrobiologia e também tem trabalhos de agroecologia, como mencionou o Miguel, poderia se articular com estas ONG's que já estão no terreno, já estão agindo neste sentido de ajudar os agricultores, e então passar para estas ONG's as informações sobre os resultados das pesquisas que vem realizando.

Além da assistência técnica, da informação técnico-científica, existe um problema de mercado, de comercialização para estes produtores especiais. Esse talvez hoje seja o principal gargalo para estes produtores. Eles ficam na dependência de alguns canais estreitos de comercialização, por ser uma produção restrita, destinada a nichos de mercado. Há aí um trabalho a ser feito no sentido de ampliar estes canais de comercialização e garantir inclusive a certificação. A Embrapa talvez pudesse também ter este papel de ajudar na certificação da

produção. Esse é um elemento importante que explica hoje porque muitos produtores não conseguem entrar nesta produção.

De maneira geral, como política ambiental existem várias medidas que podem ser tomadas no sentido da conservação do solo, por exemplo. E hoje inclusive, pegando todo tipo de agricultor, até o grande, na área de conservação de solo nós verificamos um movimento incrível de expansão do plantio direto, que tem um efeito importante na conservação do solo, embora tenha uma contra-indicação no que diz respeito ao uso de herbicida, mas isto pode ser solucionado através de rotação de culturas. Enfim, é possível e desejável que o governo adote critérios ambientais bem definidos para a concessão de financiamentos.

Por outro lado, é preciso ter claro que o ônus da conservação do ecossistema agrícola (a curto e médio prazos esta conservação representa um ônus) não pode recair inteiramente sobre o produtor. Em relação, por exemplo, à recuperação de áreas com florestas nativas como manda a lei. Foi mencionada aqui, pelo Raimundo, a necessidade de remunerar o produtor que vai reflorestar uma área para ficar de acordo com o Código Florestal. A esse respeito o PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural, do Ministério do Meio Ambiente, tem uma concepção muito interessante, um programa que começou na Amazônia e que agora pode ser ampliado para todo o Brasil. No PROAMBIENTE, o que é importante é que ele adota o princípio de que finalmente existe um custo de oportunidade para recuperar uma área que foi de floresta, e que este custo de oportunidade não pode ser desconsiderado pela política agrícola. Então, é preciso evidentemente alavancar recursos para isso, não serão recursos orçamentários, isso é um ponto importante. Se o PROAMBIENTE quiser ter uma amplitude nacional é preciso ter outras fontes de renda que não sejam orçamentárias; o mercado de carbono é um deles, como também os recursos de fontes tributárias. Há que se considerar ainda o próprio mercado de capitais, através de *commodities* ambientais. Portanto, de maneira geral acho que é possível estabelecer uma política ambiental capaz de combinar, com eficiência, instrumentos de comando e controle com instrumentos econômicos.

As outras perguntas eu creio que já foram respondidas aqui. Concordo com o que o Raimundo disse sobre os assentamentos e movimentos sociais, de que eles já tem organização; é mais uma questão

de informação. E finalmente a questão mais geral, que já foi respondida pelo Dr. Plínio, sobre a propriedade, eu pessoalmente tenho uma visão da reforma agrária que é comum a muita gente: a reforma agrária no Brasil teria sido fundamental para que o Brasil tivesse um modelo de desenvolvimento completamente diferente, na medida em que as raízes da nossa concentração de renda são rurais, fundiárias. Todo o país que começa a sua industrialização é um país agrícola por definição, e se esse país tem estrutura fundiária altamente concentrada, esta estrutura se projeta na distribuição da concentração de renda urbana inevitavelmente. De que maneira? Através do êxodo rural descontrolado, na medida em que o acesso à terra foi bloqueado historicamente no país, os excedentes rurais migraram para as cidades a um ritmo superior à capacidade de absorção do setor urbano industrial, e isso fez com que os salários não crescessem. Quando a gente observa as reformas agrárias bem sucedidas nos outros países, elas ocorreram exatamente no momento da arrancada para o processo da industrialização, e permitiram que o processo de industrialização e crescimento econômico se fizesse com distribuição dinâmica da renda. Ou seja, significa que a renda futura, a renda que é gerada a cada ano ela é melhor distribuída a cada ano que se passa. E ela é melhor distribuída exatamente porque o poder de barganha da classe trabalhadora é maior. E é maior porque a reforma agrária permite um ajuste do fluxo de imigrantes de maneira que a mão de obra que migra para as cidades não chegue na cidade completamente desmunida, sem nada, sem possibilidade de retorno, sem poder de barganha

No Brasil, tragicamente isso não ocorreu. A última grande oportunidade de realização da reforma agrária, que teria esse efeito dinâmico, foi nos anos 60, justamente com a promulgação do Estatuto da Terra, mas que não foi realizada. Porque se tivesse sido realizada a reforma agrária nos anos 60, justamente quando o Brasil estava iniciando uma nova etapa de crescimento rápido, este modelo seria uma outra coisa, a distribuição de renda seria completamente diferente, muitíssimo mais igualitária do que a que se observa hoje. Isso não significa que, no entanto, a reforma agrária não tenha mais sentido. Em boa medida o leite já se derramou, não tem volta; mas, como já foi mostrado recentemente pelo estudo do Prof. José Eli da Veiga, da USP, o Brasil ainda é mais rural do que se imagina. Apesar de todo êxodo

rural que houve, ainda existe um grande contingente de população no campo, o que faria com que a reforma agrária ainda tivesse parte do efeito dinâmico que eu mencionei.

Perguntas

Dr. Miguel

Bom, eu novamente agradeço a participação do Raimundo Pires, superintendente do INCRA, e do Dr. Ademar Romeiro. E antes de encerrar, me aproveitando da condição de coordenador da mesa, eu gostaria de encaminhar mais uma pergunta ao Dr. Plínio, evidentemente me desculpando com os colegas da mesa, pois acredito que eles também nutrem a mesma admiração pelo Dr. Plínio.. Sem querer constrangê-lo, Dr. Plínio,mas o senhor não acha que a reforma agrária também seria uma maneira de ampliar os direitos de propriedade, para romper com esse índice de propriedade da terra, um índice gini que gira próximo a 0,9? E uma segunda parte da pergunta, o Senhor, como uma figura histórica do PT, como acredita que nós poderíamos empurrar um pouquinho o govêrno Lula mais para a esquerda nessa luta pela reforma agrária?

Respostas

Prof. Plínio de Arruda Sampaio

Eu vou começar pela segunda. Antes, gostaria de saber: o Coordenador tem apoio na massa, ou ele está falando sozinho? Se ele tem apoio na massa, tem mais um aqui, para empurrar o PT para esquerda. Eu acho que isso é fundamental, mas também acho apenas que o que está acontecendo agora é uma tática de transição, uma tática prudente, o país estava sitiado então nós temos que dar passos muito cuidados, no começo. E é obvio que é necessário a chamada pressão, essa pergunta é fundamental, e precisa ser feita a todos do governo, inclusive para o Bianchini, que vem para a próxima mesa, precisa apertar ele. É um processo, nós precisamos ir levando, agora, com prudência, dando passos. Eu sou um homem de 1964, eu fiz a mesma

pressão em 64 no João Goulart, eu fui o relator do processo do projeto de reforma agrária do presidente João Goulart. O que aconteceu em 64? Nós queimamos a largada. Nós aceleramos mais do que tínhamos suporte, então essa é uma experiência que eu levo hoje para o governo. Ninguém aqui precisa tirar carteirinha de radical comigo, eu não estou disputando carteirinha de radical com ninguém. Apenas eu acho o seguinte, vamos dar passos que nós possamos sustentar. Agora, se formos todos coerentes com isso, não tenho dúvidas, o Lula quer ir para a esquerda e nós temos que ajudá-lo. De modo que eu recebo isso como um apoio muito grande, e conto com esse time aqui e vou explicar porque que eu conto. Eu, quando era menino, quando era mocinho, gostava muito de um entre pintor e escultor chamado Caldwell. Não sei se vocês se lembram dos móveis do Caldwell, eram umas placas assim com os ferrinhos e uns planos, você mexia num e ele fazia toda uma volta de equilíbrio. Bom, nós vivemos num sistema, ninguém muda modelo agrícola sem mudar o modelo do país, sem mudar o modelo da economia, sem mudar o modelo da sociedade. Essa reforma agrária para facilitar a industrialização do Brasil, para criar um mercado interno, que foi a reforma agrária que eu relatei em 64, que era a reforma agrária teorizada pelo Celso Furtado, pela CEPAL, essa reforma agrária já foi, nós perdemos. Nós temos que fazer uma reforma agrária agora como afirmação social. O grande problema do nosso país é como é que ele se insere nessa globalização, o mundo está completamente modificado. Depois da queda do Muro de Berlim, e agora depois do Iraque, nós estamos vivendo um outro mundo. E se isto aqui era um país dependente, nós estamos no curso de regredirmos a uma situação de protetorado, uma situação de quase colônia. Então, hoje um novo modelo no país é um novo modelo de afirmação nacional, e isso não pode ser feito sem um processo forte de homogeneização dessa sociedade, sem diminuir a distância entre os ricos e os pobres. De modo que não temos mais a perspectiva que se tinha nos anos 60, em que vigorava a idéia, no partido comunista, das etapas, em que a primeira etapa era lutar contra o imperialismo e a segunda etapa era lutar contra o capital nacional. Então, pensava-se em aliados ao capital nacional, enfrentaríamos o imperialismo, mas isso ficou demonstrado que não existia capital nacional, essa é tese do Fernando Henrique, foi o que consagrou o Fernando Henrique como sociólogo. E isso tudo é passado, isso acabou. O que nós temos agora é um projeto de construção nacional

inconcluso. É o famoso livrinho do Celso Furtado “Brasil: a Construção Interrompida”. Nós temos uma construção nacional interrompida e nós temos um processo de desconstrução em marcha. E para nós, a alternativa é isso: ou prosseguimos essa construção nacional, ou nós vamos para a barbárie. Ou será que o Rio de Janeiro não é um exemplo, ou será que a periferia de São Paulo não é outro exemplo, ou será que o narcotráfico aqui em Campinas não é outro exemplo? É uma reação nacional, num modelo que não é industrial nem é de chegarmos aos Estados Unidos, de chegarmos a França. Não, esses não são os nossos alvos. O nosso alvo é construir aqui para 170 milhões de pessoas uma sociedade em que a pessoa possa ter uma vida civilizada, uma vida digna, e isto supõe uma modificação muito grande nos nossos padrões de consumo, inclusive nos nossos. Isso não é tirar o dinheiro do Ermírio de Moraes, do Banco Safra, isso não resolve nada, isso é muito pouco. Nós temos que mudar toda uma concepção de sociedade, na medida em que a gente reconhece que todos somos cidadãos, todos estamos debaixo da mesma constituição, nós temos é que na verdade aceitar viver em uma sociedade mais austera. Mas por outro lado, com uma compensação extraordinária, por exemplo, sobretudo para os que estão sentados aqui nesta sala, porque eu imagino que tem muita gente aqui que tem vontade de ir para a Disneyworld, muito prazer de ter um telefoninho celular, muito prazer de ter um DVD em casa, mas o maior prazer é pesquisar. A sociedade que eu imagino para o Brasil, que nós precisamos construir nestes 20 anos, não é a sociedade do DVD, da televisão, da ultra modernidade, não é isso não. Mas é uma sociedade em que o pesquisador será respeitado, em que sua pesquisa servirá para um zoneamento sério, em que a gente não encontre na rua nenhuma criança pedindo esmola, que a gente não encontre na rua nenhum homem dormindo debaixo do prédio. E este é um modelo novo, e era nisso que eu queria a ajuda de vocês, e foi por isso que eu aceitei este convite. Nós precisamos estudar um novo modelo de desenvolvimento rural, do mundo rural. Nós precisamos desenvolver novas noções do que é rural e do que é urbano. Nós precisamos criar atividades não só de produção agropecuária no campo, mas outro tipo de atividades. E isto não é um processo que é desligado de uma nova sociedade, isso é que se chama levar o PT para esquerda e é nisso que eu estou. Muito obrigado!

PARTE III
Meio Ambiente, Segurança Alimentar e
Agricultura Familiar

Apresentação da Moderadora do Debate

Dra. Lucimar Santiago de Abreu

Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente

Dando continuidade ao programa de comemoração da Semana do Meio Ambiente, nós passamos agora neste instante à discussão da terceira mesa: Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar. Nós teremos a presença de três especialistas dentro desse tema, que eu passo a chamar para compor nossa mesa. Primeiramente, Dr. Walter Bianchini, agrônomo, Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Dr. Newton Gomes, economista, Secretário de Programas de Segurança Alimentar do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; e o Dr. John Wilkinson, professor e pesquisador do CPDA da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O tema desta mesa envolve questões ligadas às novas demandas sociais, como nós vimos discutindo nas mesas antecedentes, sejam questões agora ligadas ao âmbito da produção e do consumo, ou questões ligadas às regras de comércio internacional, seja na perspectiva da globalização ou do desenvolvimento local. São questões que estão ligadas ao surgimento de novas funções do meio rural, as quais levem em conta o meio ambiente, a paisagem rural, o bem-estar dos animais de criação e a saúde dos consumidores. Nós gostaríamos então, primeiramente, de agradecer em nome da Embrapa Meio Ambiente, a presença e a participação dos convidados, especialistas do estado e de universidades. Certamente a gente acredita que a discussão desta terceira mesa é de muita importância e o produto dela deverá oferecer as bases para o aprofundamento de nossas discussões técnicas e científicas sobre temas prioritários para a sociedade e que fazem parte da agenda do governo federal.

Capítulo 7

Valter Bianchini

Secretário de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Boa tarde a todos e a todas. É uma honra muito grande estar aqui, com a Embrapa Meio Ambiente, neste auditório e em uma rede nacional. Esse é o momento oportuno para trocarmos idéias e colhemos subsídios para traçar uma política que atenda as múltiplas funções da agricultura, integrando diferentes Ministérios como o MESA em relação a Segurança Alimentar e a Inclusão Social, o Ministério do Meio Ambiente em relação às políticas ambientais, enfim interligando as várias instituições.

Desde 1988 e 89 estivemos acompanhando as discussões do programa agrícola e agrário para o PT, mas principalmente quando começou a se delinear um programa que depois se denominou “Vida Digna no Campo”, foi visto o quanto era difícil para esta realidade do Brasil se pensar um programa que contemplasse a toda essa diversidade que é o rural e a toda essa diversidade que é o papel da agricultura neste rural.

Quanto à agricultura familiar, discute-se há muito tempo a este respeito, mas eu poderia dizer que nós conhecemos pouco o que é esse rural, o que é essa agricultura familiar. Os números do último Censo Agropecuário (1995/96) apontam a existência de aproximadamente 5 milhões estabelecimentos. Dando um corte de área de até 15 módulos e inserindo critérios de gestão, foi possível mostrar toda a diversidade de 4,1 milhões de estabelecimentos tidos como familiares. Mas, observando-se estes dados nota-se que os pequenos arrendamentos, parcerias, e outras formas de agricultura não encontram-se aí contemplados. Este fato demonstrou que o universo era mais complexo, maior e mais diverso do que o Censo mostrava. Os próprios dados de domicílios rurais onde vivem uma ou mais famílias apontam, desde os

anos 70, um universo mais ou menos estável, em torno de 7,8 milhões de domicílios da área rural. Se tomarmos o conceito de densidade que o prof. José Eli da Veiga aponta, e a questão das chamadas áreas dos municípios rurais, nós podemos chegar a 12 milhões de domicílios. Entre os 4 milhões de estabelecimentos que se aponta da agricultura familiar e os 12 milhões de domicílios, nós vamos perceber que existe um universo muito grande e complexo quando se vai discutir a questão da inclusão social, e ver o quão diverso é este rural.

Este trabalho, apresentado pelo INCRA, confirmou uma outra realidade importante, já demonstrada por outras pesquisas, de que existe uma concentração da produção que é crescente num certo universo de agricultores familiares e num certo universo da chamada agricultura de escala. Esta produção, que é importante, se distribui a todo um outro conjunto de agricultores. Nota-se, desta forma, que basicamente 50% daqueles agricultores familiares estavam com renda abaixo da linha de pobreza, mas se tinha um determinado componente na chamada transição em que aproximadamente 1,5 milhão estavam na chamada linha da agricultura capitalizada ou dos níveis de capitalização.

Percebe-se também a correlação desta produção com as grandes zonas agroecológicas. Por exemplo, vamos fazer um paralelo entre as Regiões Nordeste e Sul do país: no Nordeste, nós temos 50% do universo de agricultores familiares, sendo que quase 60% deste grupo vive abaixo da linha da pobreza. O Nordeste responde por aproximadamente 20% do valor bruto da produção na agricultura familiar. Na Região Sul, nós temos 20% do universo da agricultura familiar, mas temos mais de 50% do chamado valor bruto da produção. Então, há uma diversidade entre agricultores, há uma diversidade entre regiões, há uma diversidade entre diferentes sistemas. Então, quando estamos à frente de uma política nacional, temos que começar a debater.

Ontem, estávamos debatendo junto a um grupo de deputados como seria um texto para reconhecer a categoria de agricultores familiares. E percebemos o quanto é complexo traçar parâmetros, porque depois da atual Constituição, nós não temos até hoje uma definição do que é agricultura familiar em lei. Por exemplo, para o enquadramento sindical nós temos a chamada agricultura patronal e o trabalhador rural. Um sindicato da Agricultura Familiar não seria reconhecido pelo Ministério da Agricultura porque esta categoria não

existe. Quando vamos discutir cortes do que seria uma categoria, começamos a ver um pouco desta complexidade. Quando se mescla os povos da floresta, a questão indígena, a questão dos pescadores, a questão dos afro-descendentes, vamos vendo o quão complexo é esse processo.

Outra questão importante é a de que as atividades agrícolas têm um papel significativo nesse mundo rural, mas também os agricultores possuem a necessidade de ir buscar outras atividades não-agrícolas. Estas já são realizadas no novo mundo rural, mas, se nos reportarmos aos clássicos sobre a agricultura, já se falava da necessidade dos agricultores buscarem outras atividades pela própria sazonalidade ou pela própria inconstância das chamadas rendas agrícolas. É também importante abordar a perspectiva da agricultura em toda a sua diversidade, e entender o papel das atividades complementares no componente econômico da chamada pluriatividade agrícola.

Outro ponto a ser considerado neste debate é a crítica ao chamado modelo de modernização conservadora da agricultura em todo o mundo. A questão da genética, do uso intensivo de insumos e dos grandes problemas ambientais decorrentes, a questão do êxodo rural, da concentração de renda e da propriedade ocasionados por este modelo. Por isso vamos ver uma série de contestações sociais e da própria academia, fazendo uma revisão crítica deste modelo. E nós vamos evoluindo de um modelo de indicadores do desenvolvimento econômico para a própria questão sobre o ecodesenvolvimento, a própria questão do desenvolvimento sustentável, essa dimensão agroecológica, essa dimensão sociocultural, ambiental e social da agricultura, e depois o próprio desenvolvimento humano trazendo novas dimensões.

Isto vai colocando, a todos nós que trabalhamos com a agricultura familiar em diferentes papéis, como se poderia pensar políticas e pensar, sobretudo, a questão do desenvolvimento. O desenvolvimento integral nestas diferentes dimensões seria uma questão importante a nortear o papel das políticas, da pesquisa, da assistência técnica e a própria discussão que está ocorrendo junto aos movimentos. Esta dimensão multifuncional da agricultura, da multisetorialidade do desenvolvimento, são questões, para nós, bastante importantes neste debate. Aqui também já foram colocadas duas dimensões importantes da agricultura: uma é a questão dos grandes agroecossistemas, ou sobre como a agricultura

pode manter essa diversidade dos chamados agroecossistemas. Outra é a questão desse Brasil rural, a questão dos chamados municípios rurais, e hoje uma colocação importante é o chamado rural periurbano.

O rural periurbano é muito interessante porque é nas grandes concentrações urbanas, nesta questão mais difusa entre o aglomerado urbano e rural do entorno, que nós vemos a dramaticidade da questão ambiental. É na necessidade de expansão do urbano, por exemplo, da água ou da paisagem, nesse choque com o urbano, que nós vemos toda a dimensão, toda a potencialidade, de um rural periurbano. Não há como manter mananciais hidrográficos se não mantermos essa dimensão ambiental. Por exemplo, na região metropolitana de Curitiba nós tínhamos uma questão entre a crise de água, principalmente de águas subterrâneas, e o choque com a forma de fazer agricultura. Mas aí se deu o entendimento de que ninguém mais saberia preservar melhor o meio ambiente do que os agricultores. Porque, onde se tem uma área de agricultura mais forte, se poderia avançar muito com a preservação ambiental, com uma co-gestão entre agricultores e a preservação, ao invés de admitir uma expansão urbana desordenada. É no periurbano que se percebe muito a dimensão da agricultura. Agora, nós estamos lidando com a questão do novo Plano Safra. Neste Plano, estamos buscando uma complementaridade muito grande entre a política da agricultura familiar e a dinâmica da segurança alimentar. Nós estamos vendo nele uma outra dimensão importante da agricultura. É quando se coloca, ao mesmo tempo, a necessidade de expandir a oferta de alimentos, em função da demanda do Programa Fome Zero, a questão de compor estoques estratégicos e a questão de garantir o suprimento. É como enxergamos o papel da agricultura familiar na chamada agricultura de auto-consumo, de subsistência. A necessidade de se prever os excedentes gerando renda, e o papel de agricultura familiar que já está inserida no mercado. Aí se coloca a possibilidade de um plano de segurança alimentar.

Agora se coloca para o Pronaf que uma grande derivante do programa vai ser chamada Pronaf Alimentos, onde se desenha uma oferta de custeio maior e uma oferta de possibilidade de investimento que recomponha a capacidade de produção. E, aliado a outras políticas, uma oferta, uma retomada de políticas de abastecimento, de políticas de garantia de renda, incentivando que a agricultura possa responder

por esta outra dimensão importante que é a segurança alimentar. O Plano que se desenha agora vai ter componentes muito importantes nesta interseção com o Programa Fome Zero, onde teremos a agricultura familiar, assentados, e um Plano Safra para a agricultura familiar.

Além das políticas tradicionais de crédito, teremos uma linha de crédito especial para a agricultura agroecológica, uma linha de crédito especial para o chamado Pronaf Florestal e uma grande interseção será feita com o programa Proambiente, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além disso, haverá o crédito para o jovem, para o primeiro negócio na agricultura, crédito para mulheres em novas atividades, entre outros. Enfim, uma diversidade grande se prepara no Plano.

Outra questão importante, que está sendo discutida com a Embrapa e os centros estaduais de pesquisa, é o papel do governo junto à assistência técnica, trazendo de volta algo que em nível nacional, desde 1989, quando o Presidente Collor extinguiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), vinha definindo.. Transferiu-se a responsabilidade política sobre o sistema nacional de assistência técnica, para a Secretaria da Agricultura Familiar, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nós colocamos para o MDA, que tão importante quanto a cerca de um latifúndio é a possibilidade de quebrar a “cerca” de um saber. A concentração do saber, de acordo com a pirâmide da FAO, concentra a renda, e também concentra assistência técnica, concentra os frutos da pesquisa. Hoje, há formas, há canais constantes, que a agricultura mais capitalizada tem com os centros de pesquisa. E quando vamos caminhando para a agricultura mais pobre, a assistência técnica não está presente, os frutos da pesquisa também não chegam. Essa questão é um debate importante.

Para terminar, eu queria colocar a necessidade de se traçar políticas que fortaleçam os chamados arranjos institucionais. Nós achamos que essa questão da dimensão territorial, de fortalecer a organização local, é só através dela que se vai poder qualificar políticas como a pesquisa, assistência técnica e o crédito. Motivadores externos, como recursos que vem e indicam a conformação de conselhos, informação e formação que fortaleçam a todos, e a própria dimensão de revalorizar o capital social. Dessa forma, vamos qualificar cada

vez mais o que estamos discutindo aqui: essa integração entre nós, nesse seminário, entre a Embrapa, entre os centros estaduais, as próprias políticas da terra e os movimentos sociais. Nós temos uma tese de que a partir daí podemos realmente qualificar as políticas. Agradeço a todos.

Capítulo 8

Prof. John Wilkinson

CPDA/UFRRJ

Muito obrigado. Estou muito contente de estar aqui, de encontrar vários colegas e, ao mesmo tempo, de ter a oportunidade de participar neste encontro. Fui convidado fundamentalmente para apresentar e abrir uma discussão em torno do enfoque que o CNPq está desenvolvendo no seu Programa de Ciência e Tecnologia em apoio à agricultura familiar. No momento, estamos elaborando a próxima fase deste programa, num contexto totalmente novo, e, em princípio, muito mais favorável para o alcance deste tipo de programa. Gostaria que apresentar para vocês e, através desta videoconferência, para toda a rede da Embrapa, alguns *inputs*, baseados nas experiências da minha participação neste programa.

Para o CNPq, o maior desafio é de situar estas atividades mais coerentemente dentro das prioridades do governo, sobretudo articulando com o que já está em curso com a Secretaria de Agricultura Familiar (do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA) e com o Ministério para a Segurança Alimentar (MESA). Vou resumir a perspectiva que levou à formulação deste programa, bem como uma visão do que representa e por onde ele deve ir, deixando estas reflexões como um convite para a Embrapa participar da elaboração das próximas fases deste programa.

Penso que o momento realmente é muito complicado, porque embora em certo sentido o ambiente seja extremamente favorável, existem fatores, também, extremamente desfavoráveis. Nunca houve, por exemplo, tanto consenso sobre a agricultura familiar como hoje; a legitimação política e o *status* da categoria da agricultura familiar são realmente muito bem estabelecidos na sociedade brasileira. Isso representou uma luta de acadêmicos, de técnicos e de pessoas envolvidas na elaboração de políticas durante quinze, até vinte anos, e a

transformação da pequena produção para a agricultura familiar é um marco. Além disso, existe uma convergência crescente de visões sobre a idéia de agricultura familiar. No início dos anos 90 existiam distintas correntes que analisavam a agricultura familiar: i) a partir da sua integração nas cadeias agroindustriais ii) baseada numa visão de sistemas agrários e reforma agrária, e iii) através do conceito *rurbano* – uma perspectiva da articulação da agricultura com a economia mais abrangente.

Ao longo dos anos 90, com base numa reflexão crítica interna a cada uma destas correntes, surgiu uma convergência muito forte, entre as distintas opiniões. O enfoque da agroindústria, analisou os processos de expulsão da agricultura familiar das cadeias, com a imposição de economias de escala, o que levou à uma revalorização da economia informal e as formas autônomas que a agricultura estava desenvolvendo em relação aos mercados. A abordagem de sistemas agrários começou, ao longo do tempo, a analisar cada vez mais a inserção da reforma agrária dentro da dinâmica da sociedade local e regional, tanto politicamente quanto economicamente. A pesquisa *rurbano*, por sua vez, identificou a necessidade de ter o amparo de um desenvolvimento econômico mais denso para a própria sobrevivência da agricultura familiar. Em torno da evolução de cada corrente você tem hoje uma extraordinária convergência sobre a caracterização da agricultura familiar, que reconhece a sua heterogeneidade e a necessidade de inserir estratégias para a agricultura familiar dentro de uma visão mais territorializada, abrangendo estratégias para o conjunto da economia local e regional.

Por outro lado, temos uma extraordinária concentração, consolidação e transnacionalização do *agribusiness*, que cada dia se internacionaliza mais, com o setor de carnes brancas se mantendo como último reduto (até quando?) de empresas líderes nacionais. Ao mesmo tempo, o agronegócio ocupa uma posição estratégica na geração de saldos comerciais, e a sua competitividade mundial já está consolidada e reconhecida. Mesmo os Estados Unidos agora precisam colocar em torno de dois bilhões de dólares de subsídios para segurar as suas culturas de soja, para se defender contra a competitividade do Brasil.

Assim, por um lado temos a consolidação e expansão de uma agroindústria cada vez mais transnacionalizada, cada vez mais pautada

na competitividade, e ao mesmo tempo, destruidora do meio ambiente e expulsora da agricultura familiar pela ampliação das suas economias de escala. E, por outro lado, existe um conjunto de políticas de valorização da agricultura familiar. Precisamos saber negociar esta dupla realidade. O agronegócio não vai ser deslocado tão facilmente, mas, fica cada vez mais vulnerável em questões de qualidade, da destruição do meio ambiente, e crescentemente de nutrição. Fui convidado recentemente para participar de uma pesquisa com abrangência global sobre obesidade, comparando os países desenvolvidos e aqueles em processo de modernização dos seus sistemas agroalimentares. Não se trata, agora, dos danos que o *agribusiness* gera a montante no meio-ambiente e na agricultura familiar, mas é o produto alimentar final que está sob a mira. Como consequência, o *agribusiness* fica muito mais vulnerável do que antes, e nesta brecha o desafio é de fazer com que a agricultura familiar se torne cada vez mais identificada com valores opostos ao sistema alimentar industrializado, não simplesmente na parte agrícola, mas também do alimento final, porque é aqui onde a agricultura familiar pode entrar com mais força nos mercados e, portanto, gerar rendas mais sólidas.

Assim, contra esta enorme consolidação dos agronegócios temos a legitimação política da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, perspectivas de deslocar a noção de qualidade do sistema industrial para o sistema que se consolida em torno da agricultura familiar. Um relatório recente sobre o sistema agroalimentar na Inglaterra termina com um resumo de “20 maneiras de modificar o sistema alimentar”, todas valorizando mercados e produtos locais: compra local; calcula a quilometragem de custos nos fluxos de produtos; compra sazonalmente. Apesar deste enorme poder aparente do sistema agroalimentar dominante, ele é extraordinariamente frágil hoje, na sua associação com a má qualidade, danos a saúde e ao meio ambiente, estilos de vida.

Vou diretamente, agora, ao programa do CNPq. Inicialmente houve um questionamento sobre a importância de um programa de ciência e tecnologia para a agricultura familiar. Historicamente no CNPq, a agricultura familiar ou era objeto de políticas sociais por baixo, ou por cima era visto como compartilhando, através de processos de difusão, a mesma tecnologia que o próprio agronegócio estava utilizando. Foi promovido um debate dentro e fora do CNPq, envolvendo

a comunidade acadêmica e de pesquisadores, para tentar entender a nova situação da agricultura familiar. Tradicionalmente, a agricultura familiar ou tinha os laços com os mercados já organizados, por intermédio da figura do atravessador, ou era uma agricultura de subsistência e já tinha acumulado um conhecimento para tocar isso para frente, ou era integrado à agroindústria e esta agroindústria supria a tecnologia. Assim, em geral as questões identificadas como fundamentais foram ligadas aos fatores limitantes da agricultura familiar - terra, crédito, etc, e a questão de ciência e tecnologia, de novos conhecimentos específicos para a agricultura familiar, foi relegada para uma posição subordinada.

A idéia fundamental hoje, pelo contrário, é que a agricultura familiar, em toda a sua heterogeneidade, precisa desenvolver estratégias autônomas de chegar ao mercado. Isso exige novos conhecimentos de todos os tipos: gerenciais, tecnológicos, mercadológicos e, ao mesmo tempo, o acesso ao mercado só será possível se a agricultura familiar conseguir fazer o salto da clandestinidade e da informalidade para uma identificação com produtos de qualidade superior. A agricultura familiar, em muitos casos ainda vista como um risco em termos de qualidade, precisa ser valorizada pela qualidade dos seus alimentos. Isso é o grande desafio para a ciência e tecnologia hoje.

Com base nesse entendimento, elaboramos um programa em cinco pontos, enfocando: i) as novas práticas agrícolas, isto é, fundamentalmente agroecologia, agricultura orgânica; ii) a necessidade de desenvolver técnicas para a pequena agroindústria e sobretudo para a validação de práticas artesanais de agroindústria; iii) o desenvolvimento de padrões, *standards* e normas compatíveis com as atividades de pequena escala; iv) a sistematização e aprofundamento de conhecimentos sobre inovações organizacionais, em termos de ação coletiva e organização dos agricultores; e, v) a promoção de estudos para identificar as formas mais eficazes de articular a agricultura com atividades não agrícolas dentro de uma visão territorial.

Estas pesquisas estão em curso e estamos tentando através de reuniões regionais identificar soluções que estão surgindo e que tenham uma capacidade de difusão micro, ou regional; uma capacidade de se difundir como soluções para uma cadeia inteira e que serviria como base para definir políticas mais abrangentes nas linhas de programas

como PRONAF, ou mesmo dentro do Banco do Nordeste, BNDES etc. A idéia é que estes resultados levem a formulação de políticas de maior fôlego, visando a adoção de práticas amparadas em pesquisas bem-sucedidas, como por exemplo no caso dos queijos artesanais em Minas. A estratégia é de continuar com este programa e estamos em negociações e discussões com outras áreas do governo para ampliar as áreas de atuação como, por exemplo, na preservação da biodiversidade. A segurança alimentar, um tema de prioridade do atual governo, se compõe de quatro elementos: oferta; acesso; nutrição e qualidade; e preservação dos recursos genéticos, onde a agricultura familiar terá um papel importante e amplificado no período atual.

Convido vocês todos a ajudar na elaboração deste programa do CNPq, onde iniciativas visando estritamente a agricultura familiar se juntam a ações na área de assentamentos e na área de tecnologias alternativas, um programa operacionalizado em âmbito estadual e desdobrado ao nível dos municípios, um programa muito mais afinado agora com a questão de sistemas locais de inovação em volta dos micro e pequenos empreendimentos. É nesse eixo que estamos trabalhando e precisamos de *inputs* para tentar fazer o programa mais coerente e mais abrangente no futuro.

Obrigado.

Capítulo 9

Newton Gomes

Secretário de Programas de Segurança Alimentar
Ministério Extraordinário de Segurança
Alimentar e Combate à Fome - MESA

Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar eu quero agradecer o convite da Embrapa, ao Luiz Otávio e à Myrian, pela oportunidade de trazer o debate da segurança alimentar e nutricional, que volta a ganhar importância no Brasil. É necessário dizer o seguinte: nos últimos anos, em especial de 1998 para cá, não foi publicado no Brasil nenhum trabalho com a dimensão e com a profundidade como foi o trabalho da professora Lavínia Pessanha, que foi orientanda do prof. John Wilkinson, sobre a questão da segurança alimentar. Hoje, a tese de doutorado da Lavínia constitui uma referência no Brasil inteiro para as pessoas que trabalham com políticas públicas de segurança alimentar, por introduzir uma discussão que até então não havia sido feita: entender a segurança alimentar a partir dos seus inúmeros conteúdos, da sua extensão enquanto conceito e enquanto termo.

A segurança alimentar definida em 1996, na Cúpula Mundial de Alimentação, versava sobre a garantia permanente de acesso de todas as pessoas, a qualquer instante, sem restrições, a uma alimentação digna, saudável e segura para uma reprodução da vida em níveis de dignidade e num mundo sustentável. Essa era a definição. Qualquer pessoa que passe o olho por esta definição, dá conta imediatamente da sua amplitude, dos temas relacionados com a economia, com rede de produção, distribuição e circulação dos produtos alimentares, controle da base genética, conservação e preservação do meio ambiente, de sorte a garantir às gerações futuras a mesma condição de vida digna que nós hoje desejamos para nós mesmos, além de conteúdos relacionados com as questões da renda, da redistribuição da renda. Enfim, esse conceito de segurança alimentar introduziu uma nova necessidade. A partir dele,

podemos nos perguntar: trabalhar com segurança alimentar sim, mas em relação a qual conteúdo, com qual significado? Quando você tem um conceito que dá conta de diversos temas, de diversos conteúdos ao mesmo tempo, é inevitável que sua capacidade explicativa perca força.

A maneira mais adequada de tratar da segurança alimentar e nutricional, quando o objetivo é, como no caso do Fome Zero, construir uma política pública, recai na necessidade de escolher-se um significado sob o qual os diversos conteúdos serão tratados. Seja no Brasil, seja nos países subdesenvolvidos, o que mais se adequa, é sem dúvida, trabalhar o significado a partir de seu oposto, ou seja, lidar com a segurança alimentar a partir da condição permanente de insegurança alimentar vivida por alargadas bandas da sociedade. A isso, devemos acrescentar, a partir de um período mais recente, um outro problema. A insegurança alimentar não é só uma questão relacionada com acesso físico aos alimentos, é também um problema de acesso a informação e ao conhecimento daquilo que se come. A discussão do alimento seguro não é uma discussão que está ligada exclusivamente à idéia de que produzir alimentos seguros é o dever central e preocupação única do debate. A questão de alimento seguro é uma questão de cidadania, porque o direito à alimentação é um direito humano básico e como direito, carrega consigo significados como dignidade, soberania etc. Na medida em que isto se constrói desta forma, a política de segurança alimentar extrapola os limites próprios de uma política econômica *stricto sensu* ou da discussão de propriedade e controle base genética, para ficarmos em apenas dois aspectos. Ela se apresenta como muito mais do que isso. Mostra-se como Política Social, pública, voltada para a recuperação da cidadania estilhaçada. Garantir a cidadania, isso significa nós introduzirmos no debate alguns aspectos que não foram até hoje convenientemente articulados neste país.

As políticas e as discussões de segurança alimentar no país remontam os anos 40, mas a articulações das ações nunca aconteceu. Essa condução fragmentada, ora restrita ao âmbito do governo central, ora nas instâncias subnacionais, quase nunca prosperaram, sucumbindo muito rapidamente na luta de interesses e vaidades. Hoje, quando o Governo emprega o conceito de segurança alimentar e nutricional, está se referindo, no plano da pesquisa por exemplo, que não é só o controle da propriedade da base genética que importa. Vai bem mais além disso.

O conceito envolve também a pesquisa voltada para produção sem agressão ao meio ambiente, para o resgate de padrões alimentares e padrões nutricionais, numa referência muito clara à busca da alimentação saudável em contraposição a idéia difundida da alimentação moderna, funcional, marcada por aditivos e toda sorte de artificialidades, tudo em nome das “ exigências da moderna vida urbana”...

Há um movimento mundial, o *Slow Food*, que, diferente do que tentam difundir, não trata de combater o padrão/moda do consumo de “fast food”. O movimento luta para que a sociedade, que os cidadãos dos diversos países do mundo, se dêem conta da importância de manter as tradições alimentares, gastronômicas de seus países. Essa identidade faz parte da cidadania, da idéia de nação. É uma proposta de reação à padronização defendida por uma modernidade transnacionalizada, que fragmenta o indivíduo, que suprime a idéia de cidadania, de nacionalidade.

O momento que vive o Brasil de hoje, e o Dr Plínio de Arruda Sampaio destacou isso com muita clareza, é único. Um novo governo que se instala propondo que a sociedade se movimente numa ação de refundação nacional, de disputa do Estado que volte a refletir uma sociedade composta de cidadãos que se orgulhem da sua condição de brasileiros, sem que isso soe como sendo um apelo piegas. Estamos, enquanto governo, envolvidos com a disputa da cidadania. O Fome Zero é muito mais do que uma política de transferência de renda ou de doações. Suas iniciativas, além de enfrentarem as emergências determinadas pelas urgências sociais dos mais pobres, compõem com outras políticas sociais do governo o esforço para garantir cidadania a todos.

A temática da segurança alimentar e nutricional, que é do que se ocupa o Ministério da Segurança Alimentar, não está circunscrita aos aspectos de oferta suficiente de alimentos de um lado e atendimento da demanda agregada de outro. Nesse movimento de resgate da cidadania, a segurança alimentar e nutricional tem que dar conta de incontáveis aspectos. Um em particular, a soberania alimentar no Brasil, que nunca foi discutida convenientemente pelo Estado, está diretamente associada à pesquisa agropecuária tanto quanto ao direito que o cidadão tem de ver assegurado para si e sua família, alimentos suficientes, seguros e disponíveis a qualquer tempo e condições, respeitados os hábitos e

costumes, as tradições de cada região. Essas exigências passam, necessariamente, por um programa de pesquisa e difusão de um Index Alimentar Brasileiro, regionalizado, que contemple as propriedades desses alimentos, reconheça-lhes a diferença, em função do modo de produção, da variedade empregada, etc. Esse é mais um exemplo que pode ajudar a entender a idéia contida no Fome Zero.

Em relação ao Ministério da Segurança Alimentar especificamente, convém lembrar que suas ações são uma combinação de ações emergenciais e estruturantes. Em ambos os casos, é bastante clara a interação necessária entre órgãos como condição para que se avance no país a intenção de construir a cidadania alimentar defendida pelo Presidente Lula. As ações estruturantes, já que as emergenciais dispensam maiores explicações quanto aos objetivos, são as que dão substância à segurança alimentar. Elas acontecem, concomitantemente, no Ministério da Agricultura, no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, enfim, em todos os ministérios que operam políticas de recuperação ou de geração de condições de cidadania. Quando o Governo atual discute inclusão social, não está trabalhando, como querem alguns, com a re-inserção do indivíduo na condição de freqüentador do mercado, de consumidor de bens. Inclusão social não é, sob a nossa ótica política, acrescentar no bolso do sujeito dinheiro para ele passear com carrinho de supermercado. Inclusão social é tirar o indivíduo da sua condição de observador inerte da realidade e colocá-lo como protagonista da história, isto significa questionamento do modelo, significa discutir quem vai se apropriar da riqueza gerada. Ou seja, quando se discute inclusão social, está se falando de reconhecer que todo cidadão é portador de direitos e que cabe ao Estado assegurar essas condições para que esses direitos sejam exercidos. Isso vai muito além do que a garantia de freqüentar o mercado.

Novamente a pesquisa joga um papel fundamental nisso. Por que?

Porque uma das questões que hoje mais atormenta nós todos que trabalhamos na área de segurança alimentar e abastecimento é como reeducar, ou como educar o cidadão, em relação à alimentação. A educação para o consumo e a educação alimentar são partes importantes na disputa da cidadania, isto significa como traduzir numa linguagem acessível quer seja ao intelectual quanto ao indivíduo que

mora em condições precárias, numa sub-habitação precária, e vive em condições precaríssimas de trabalho, relações flexíveis de trabalho, enfim, produzir uma informação sobre o que ele come, a composição daquilo que come, quais são os efeitos daquilo na saúde, socializar informações sobre coisas que cada vez mais as pessoas perderam referência.

Por exemplo, a questão dos transgênicos, que ainda é um mistério para a maioria da população. As pessoas não conseguem compreender a questão dos transgênicos, e misteriosamente começa a aparecer o mesmo tipo de discurso que justificou a modernização conservadora do campo. Dizia-se na ocasião, que não havia alimentos em quantidade suficiente para garantir a demanda. A saída, traduzida pela subversão da base técnica da agricultura, fortaleceu a produção para a exportação, para geração de biomassa, produzindo um grande salto no volume produzido. Apenas esqueceram de difundir que esse novo patamar foi atingido com tudo, menos com o aumento da produção de alimentos.

Mas essa política trouxe consigo outros problemas. Os custos da nova matriz produtiva estimulou a concentração da terra e gerou um cordão de expulsos, de nômades do capital, expulsos do campo que incharam as cidades, sem estrutura, sem empregos, reproduzindo a miséria.

Na atualidade, com o debate midiático dos transgênicos, a história tende a se repetir, tanto como farsa quanto como tragédia e, como sempre, pagarão os mais pobres.

Nas revistas semanais, muito a gosto do segmento da classe média verbalmente radicalizada, assim como em veículos bem mais respeitáveis, nota-se uma certa irresponsabilidade com o debate. Uns vendendo a idéia da modernidade, dos alimentos diferentes, aditivados, e outros, anunciando a tragédia imediata para economia do país caso se opte por restringir, adiar, a adesão à produção de organismos geneticamente modificados.

O discurso agora já não é centrado na insuficiência da oferta. Agora se apresentam argumentos que sustentam as vantagens econômicas desses novos produtos, preços, preços mais baixos, eis aí o apelo para os tempos de dificuldades.

Ora, esta discussão é de responsabilidade de todos os pesquisadores. Os que tem como referência a manutenção da soberania

alimentar, que tem como compromisso de reconstrução do conceito de Estado-nação e de nacionalidade neste país, e mesmo aqueles que defendem a adesão a um novo padrão. A sociedade precisa conhecer melhor os dois lados. O que não pode é as coisas serem levadas para o campo do fascínio, do cultuar da modernidade sem informação, apenas pelo modismo.

O imaginário social tem a capacidade de dar significado para além do que as coisas significam, isso se vê no cotidiano. Alguém que tenha assistido, por exemplo, a uma transmissão da televisão, da barbaridade de uma guerra como a do Iraque, um assassinato em massa, que acontece dia e noite, mas que têm imagens divulgadas no melhor estilo cinematográfico, somente à noite. Jogos de cores, céu iluminado, luzes amarelas no convés de porta aviões, tecnologia, tudo muito asséptico, sem cadáveres, sem sangue, um espetáculo de cinema. Outro exemplo disso pode ser encontrado nas novelas e certos programas humorístico. Ora é o traficante bem intencionado, um Robin Hood a fazer o que o estado deveria fazer, ora são bordões que reforçam preconceitos, estimulam afetações, alienam e isolam, cumprem o papel de descolar o indivíduo da sua condição de classe, uma forma de inibir a sua luta.

Este é o cotidiano do imaginário, de como é que se pode usar recursos sinestésicos para transformar o imaginário social.

Isto se aplica também na discussão da área alimentar.

Uma discussão sobre alimentos seguros, que é uma discussão fundamental, se ela não for feita sob a ótica de garantia de acesso permanente e regular a esses alimentos, sem restrições das outras condições necessárias para a construção da cidadania, torna-se absolutamente inócua. Sem essa preocupação, vamos continuar reproduzindo, inclusive para nós e para nossos filhos, o mesmo tipo de problema, de violação de hábito, de destruição da saúde, e mais, de irresponsabilidade na convivência com o ambiente.

Porque, na toada que vamos, parece que nós pretendemos ser a última das gerações. Não há mais a idéia de futuro, não há devir nesta história. Eu acho que estes são aspectos da segurança alimentar que não estão contemplados. O apelo hoje do Ministério da Segurança Alimentar, na construção da política nacional de segurança alimentar e nutricional, é ir além da idéia de enfrentamento da condição de

insegurança por assincronia entre renda e preço de produto. É enfrentar a condição de insegurança derivada do estilhaçamento da cidadania, da falta de disponibilidade de informações suficientes para que o indivíduo possa ser protagonista da história. Este é o desafio que está posto, e neste desafio cabe à pesquisa agropecuária uma grande responsabilidade, na medida em que o conhecimento tem que ser traduzido e tem que ser apropriado pela sociedade para pelo menos esta decidir se quer comer tomate com gosto de carne ou arroz enriquecido ou soja transgênica “RR”. Não vou nem discutir o mérito disso, estou apenas dizendo que as pessoas têm o direito de discutir o que querem para se alimentar, e que para tanto, é importante que haja uma massiva difusão de conhecimentos e informações, de sorte que os cidadãos se apropriem dos mesmos e a partir disso, formem sua opinião.

Desde os primeiros dias no Ministério da Segurança Alimentar, vimos realizando entendimentos com a Embrapa, destinados a poder contar com a pesquisa para recuperar práticas e hábitos de produção agrícola, de preservação ambiental, de processamento de alimentos e transformar isso em informações para que as pessoas possam operar mudanças nos seus hábitos alimentares.

O grande desafio, não só para o pesquisador, mas para todos nós que temos um compromisso de construir uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional reside cada vez mais na produção de um conhecimento que possa ser difundido e apreendido pela sociedade. A expectativa do Ministério é que a pesquisa, especialmente a levada a termo pela Embrapa, entre outras instituições com credibilidade junto à população, contribua para fazer da Segurança Alimentar e Nutricional um tema permanente da agenda política da nossa população

Com isso, encerro minha apresentação, me desculpando antecipadamente pela superficialidade com que tratei a questão em virtude do tempo que dispunha.

Muito obrigado e coloco-me desde já à disposição para responder eventuais questões que possam a mim ser dirigidas.

Debate

Dra. Lucimar Santiago Abreu

Muito obrigada Newton e demais palestrantes desta mesa, pelo rigor e o respeito ao horário. Nós gostaríamos agora de abrir para as questões da plenária.

Pergunta da Plenária

Bom, meu nome é Miguel, sou pesquisador aqui da Embrapa Meio Ambiente, e a minha pergunta é para o professor John Wilkinson. Diz respeito ao que ele falou, mas também tem uma relação com a fala do Newton Gomes e evidentemente vai abordar a Secretaria da Agricultura Familiar. A questão é a seguinte: será que a agricultura familiar brasileira, dentro desta perspectiva de resgate de práticas alimentares, de ações que poderiam trabalhar na linha de selos, “standards”, como você disse, de denominação de origem de produtos, ela teria condição de isoladamente se organizar? Como é que deveria ser a ação do Estado nesse sentido? Eu imagino uma situação: se o estado pudesse criar uma loja do “mundo rural”, alguma coisa assim, se você tivesse essa situação em uma rua de Campinas, ou várias ruas de Campinas, você ali encontraria os produtos artesanais da agricultura familiar, de várias regiões do Brasil, produtos alimentares, e você tivesse inclusive condições de saber como aquele produto foi produzido. Hoje você entra no supermercado e você não tem espaço, você tem duas gôndolas que te espremem contra o outro consumidor e você empurra o seu carrinho, compra por impulso, porque as embalagens são maravilhosas... Então eu imaginaria uma loja do mundo rural brasileiro, com os produtos tradicionais e o resgate do conteúdo cultural dos produtos, onde você tivesse até espaço para andar com o carrinho, que você pudesse trocar idéias com outras pessoas, sobre receitas, recuperação da história da época da infância e tudo mais. Se o Estado não organizar alguma coisa nessa linha, eu acho que a agricultura

familiar por si só não teria condições de tocar alguma coisa na linha que o John Wilkinson se referiu. Essa pergunta é pro Wilkinson, mas é também para os outros dois palestrantes.

Respostas

Prof. John Wilkinson

Não tenho uma resposta fácil a esta questão, mas tenho dúvidas a respeito da idéia de lojas do Estado substituindo os canais de comercialização. Não é a minha visão de como isso se processaria, mas cada um tem uma noção, e entendo que a questão de escala é importante. Tenho a impressão que hoje estamos ainda um passo mais atrás, e vejo que a questão premente e fundamental é de impedir a eliminação da agricultura familiar pela promoção de uma legislação apropriada que permita a transformação de produtos regionais em produtos de qualidade artesanal. Não acho que estamos na fase da massificação da comercialização, embora novos níveis de escala e escopo são pré-condições agora de acesso ao mercado. Penso que o mais urgente aqui é a pesquisa e a validação de processos artesanais, nas distintas cadeias que envolvem centenas de milhares de agricultores, nas cadeias lácteas de queijos e de frutas. Isso é uma questão chave para a pesquisa e para a intervenção pública, de massificar o apoio a iniciativas deste tipo, amparado em legislação apropriada, e este esforço por si só aumentaria, também, o mercado para estes produtos. Ao mesmo tempo, penso que o mercado hoje em dia é crescentemente segmentado e temos que incentivar uma multiplicidade de iniciativas neste sentido, acoplando a venda de produtos também à promoção de agroturismo. Entre os novos mercados, a questão do *fair trade* e a economia solidária assumem cada vez mais importância. O relatório inglês, que mencionei acima, constata que trezentos municípios na Inglaterra já se comprometeram a utilizar produtos de *fair trade* em todas as suas atividades públicas, e é neste contexto que devemos pensar, também, no estímulo a exportações.

Perguntas

Dra. Lucimar

Obrigado Prof. John Wilkinson. A próxima pergunta é para o Dr. Newton Gomes:

- *Como está sendo abordada na prática a questão dos transgênicos nas ações governamentais do Ministério da Segurança Alimentar? Já existem hoje em andamento ações para informações do público de âmbito geral?*

Respostas

Dr. Newton Gomes

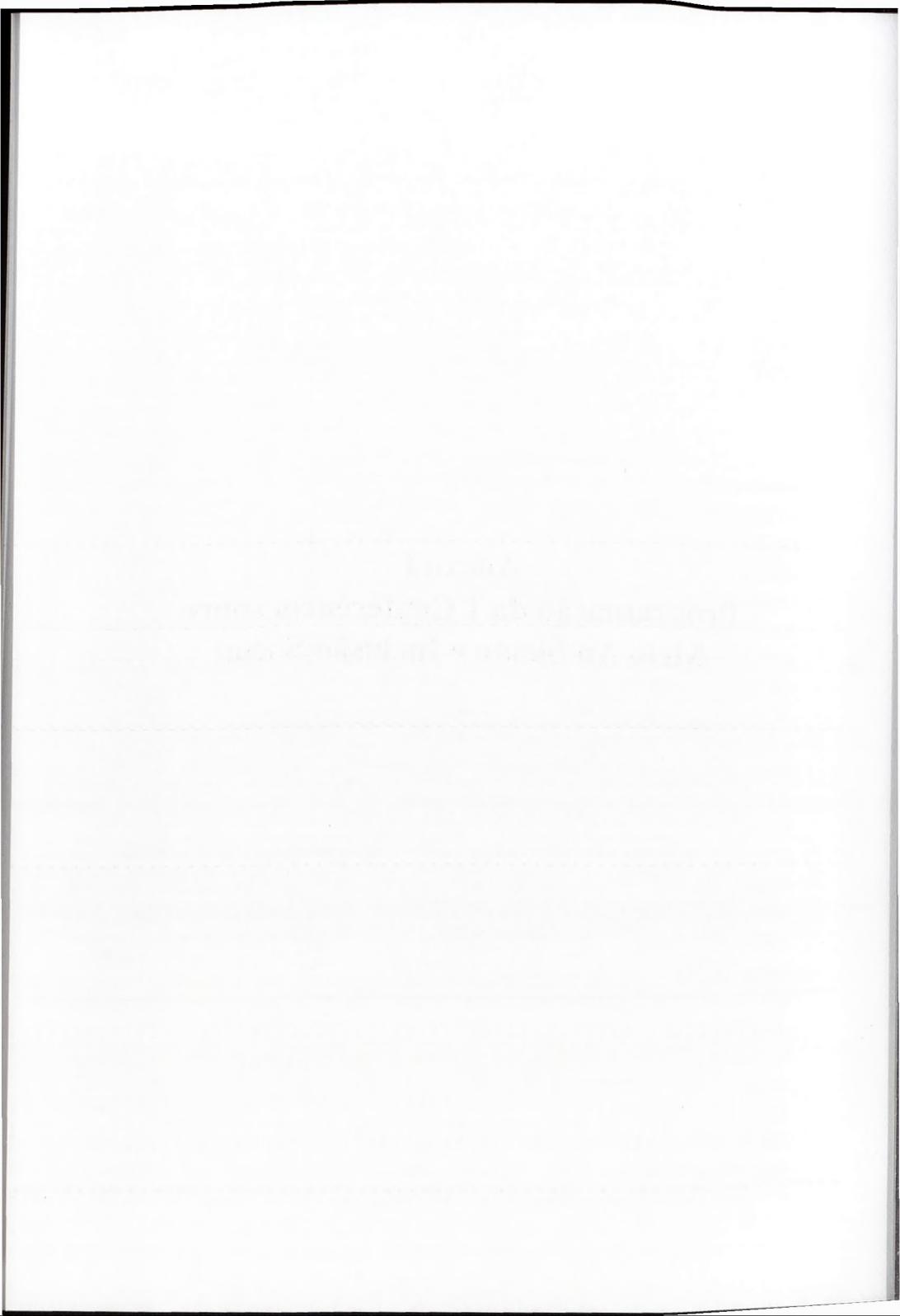
O problema principal do Fome Zero, diferentemente do que as pessoas possam imaginar, não é o programa do cartão alimentação, que é um programa de transferência de renda, nem tão pouco o programa de coleta de produtos e de doações que tem sido tão difundido. O programa central do ministério é chamado Programa de Educação Alimentar e de Educação para o Consumo que tem como centro o rádio, como instrumento difusor de informações, e envolve associações com a Embrapa, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, com o SESI, com o SESC, enfim, com uma quantidade imensa de parceiros produzindo permanentemente informações, e estas informações estão sendo traduzidas numa linguagem adequada para informar o indivíduo. Nós estamos disputando de fato o indivíduo, disputando de fato esta condição de retornar a cidadania. Um dos temas que está neste processo de produção é exatamente a discussão dos transgênicos. Nós temos diversas pessoas trabalhando com isso: o pessoal da Embrapa em Brasília, o pessoal da Anvisa, o Cláudio Mayerovich está trabalhando com isso. A idéia é nós lançarmos um programa em rede nacional usando a cadeia radiográfica. Tem uma pesquisa que confirma o seguinte: um dos veículos de maior índice de confiança é o rádio; e mais, dentro do rádio, o programa com maior índice e confiança é o programa “A Voz do Brasil”. Veja, as pessoas perderam a referência de que rádio é um instrumento de disputa, o

rádio é um instrumento que permite ao ouvinte fazer o que você quiser, sem necessidade de você ficar sentado o tempo todo ali. Então, o Ministério da Segurança Alimentar está cuidando deste tema, trabalhando neste tema, num programa de rádio. Nós temos também na mesma linha uns vídeos e um programa de educação para ser utilizado em escolas e na alfabetização de adultos. O tema dos transgênicos está dentro disto aí. Eu acho que é um tema fundamental, é um tema que nós precisamos do máximo de pessoas possíveis pensando e produzindo, e transformando isso numa linguagem acessível, não é uma coisa que faz parte do cotidiano das pessoas, então nós temos que disputar isso aí.

Dr. Valter Bianchini

Sobre este tema eu acho que as duas questões têm uma complementaridade. O professor Wilkinson colocava que um dos grandes riscos para toda cadeia da agricultura e do rural, é o da oligopolização antes e depois do processo produtivo: seja do mercado varejista, seja da questão da agroindustrialização, ou seja da questão antes do processo produtivo, aqui colocando a questão da indústria de sementes. Tem uma frase importante que o professor Wilkinson colocava, essa questão dos subsídios numa busca de competitividade da soja americana no nível do mercado mundial. E aí a Embrapa tem um papel importantíssimo: através das nossas variedades de soja, desenvolvidas ao longo dos anos com a pesquisa, nós temos hoje uma produtividade bem superior à que se coloca pela Monsanto e esta questão dos transgênicos. Seja no nível da produtividade, seja no nível da conquista de mercados. O risco da transferência da transgenia e de um gene “RR” a estas variedades, e a possibilidade de uma parceria que vai criar espaços para se ter toda esta riqueza na questão dos transgênicos, coloca em risco de novo todo este processo. Vamos de novo contribuir nesse caminho para a oligopolização. Hoje, por exemplo, temos o tomate longa vida, um cereja. Você tem um custo de trinta centavos a semente. E você tem uma concentração neste mundo da semente que começa a dificultar a presença ou não neste mundo. Então esta questão da oligopolização é um risco muito grande, e o transgênico entra neste processo, pois além da questão da precaução ambiental e da saúde, existe a questão da centralização. Aí nós temos que fazer uma discussão bem ampla, no nível do governo, no nível da pesquisa e da sociedade, decidindo para onde nós vamos caminhar neste processo.

Anexo I
Programação da I Conferência sobre
Meio Ambiente e Inclusão Social



I Conferência sobre Meio Ambiente e Inclusão Social

Auditório da Embrapa Meio Ambiente
Jaguariuna-SP
05/06/2003

Dia Internacional do Meio Ambiente

09:00h – Abertura

- Ilmo. Sr. Dr. Paulo Choji Kitamura, Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente
- Exmo. Sr Dimas Lucio Pires, Vice-Prefeito de Jaguariúna
- Ilmo. Sr. Dr. Herbert Cavalcante de Lima, Diretor Executivo da Embrapa
- Ilmo. Sr. Dr. Marcos Sorrentino, Ministério do Meio Ambiente;
- Ilmo Sr. Guaraci Diniz, Diretor do Sítio Duas Cachoeiras.

10:00h – Primeira mesa: “Meio Ambiente e Inclusão Social”

Coordenador: Herbert Cavalcante de Lima, Diretor-Executivo da Embrapa

- Mauro Barbosa de Almeida, Professor do IFCH/UNICAMP
- Paulo Choji Kitamura, Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente
- Marcos Sorrentino, Diretor de Educação Ambiental, MMA

12:00-13:30h Almoço

13:30h – Segunda mesa: “Meio Ambiente e Reforma Agrária”

Coordenador: Miguel Ângelo da Silveira, Pesquisador Embrapa Meio Ambiente

- Plínio de Arruda Sampaio, ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- Raimundo Pires Silva, Superintendente do INCRA/SP
- Ademar Romeiro, Prof. do IE/UNICAMP e Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite

15:30-15:45h Intervalo do Café

15:45h – Terceira mesa: “Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar”

Coordenadora: Lucimar Santiago de Abreu, Pesquisadora Embrapa Meio Ambiente

- Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar - SAF/MDA
- John Wilkinson, Prof. do CPDA/UFRRJ, representando o Programa de C&T para a Agricultura Familiar – CNPq/MCT
- Newton Gomes, Secretário de Programas de Segurança Alimentar - Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA

Anexo II

Siglas Utilizadas

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura do governo de São Paulo

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, da Secretaria do Meio Ambiente do governo de São Paulo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do MCT

CPDA - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

DEA – Diretoria de Educação Ambiental, do MMA

EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FAO – Food and Agriculture Organization, da ONU

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, do MCT

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do MMA

IE – Instituto de Economia

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do MDA

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (*substituído em 2004 pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social*)

MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, do MDA

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PRONERA - Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

RUPEA – Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar, do MDA

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIBEA – Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental

SINIMA - Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SPSA – Secretaria de Programas de Segurança Alimentar, do MESA

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo



Meio Ambiente

Em 2003, a Embrapa Meio Ambiente organizou a “*I Conferência sobre Meio Ambiente e Inclusão Social*”, reunindo especialistas e representantes de diferentes áreas do governo, para debaterem problemas históricos da sociedade brasileira, como a segurança alimentar, a concentração fundiária, os impactos ambientais e sócio-econômicos do modelo de expansão agropecuária, a exclusão social no campo e nas cidades, e as demandas por qualidade ambiental.

No momento em que diversos programas e políticas públicas têm buscado conciliar o desenvolvimento econômico e social com o equilíbrio ambiental, e que particularmente a Embrapa inicia um abrangente projeto de pesquisa no âmbito do programa PROAMBIENTE, torna-se oportuna a publicação deste debate, que permanece bastante atual.

O formato de apresentação oral foi preservado, resultando em texto de fácil leitura, sem prejudicar a profundidade da abordagem, combinação possível graças à excelente qualificação dos conferencistas. Esperamos com isso oferecer um livro que possa atingir um público abrangente, como pesquisadores, movimentos sociais, agricultores, estudantes, professores, técnicos, gestores públicos, entre outros interessados no tema.

**Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**

